

Brasilveículos Companhia de Seguros

**Demonstrações Financeiras
Intermediárias em 30 de junho
de 2018**

Índice

| | |
|--|-----------|
| Relatório da Administração | 03 |
| Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias | 06 |
| Demonstrações financeiras intermediárias auditadas | |
| Balancos patrimoniais | 09 |
| Demonstrações de resultados | 11 |
| Demonstrações dos resultados abrangentes | 12 |
| Demonstrações das mutações do patrimônio líquido | 13 |
| Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto | 14 |
| Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias | 15 |

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - JUNHO DE 2018

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras Intermediárias da Brasilveículos Companhia de Seguros, relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2018, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP e acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria.

A Brasilveículos Companhia de Seguros atua no segmento de seguros de automóveis, e participa no seguro do Convênio DPVAT da Seguradora Líder.

Em 26 de junho de 2018 foi divulgado fato relevante em que a BB Seguros e o Banco do Brasil celebraram, junto ao Grupo MAPFRE, a assinatura do acordo de reestruturação da parceria do GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE. O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) aprovou, sem restrições, o novo modelo de parceria entre os acionistas, conforme publicado no Diário Oficial da União de 30 de julho de 2018.

Prêmios emitidos

No semestre de 2018 a Companhia apresentou prêmios emitidos de R\$ 713,1 milhões, retração de 9,4% em relação ao mesmo período do ano anterior, em função da dificuldade de comercialização dos produtos de Auto e ao não cumprimento do índice de renovação pela central de vendas.

Despesas administrativas

No semestre de 2018, o índice de despesas administrativas sobre os prêmios ganhos foi de 14,3 %, com redução de 1,0 p.p em relação ao mesmo período do ano anterior.

O modelo de gestão de custos e investimentos adotado pela empresa juntamente com a otimização de processos e sistemas, estão contribuindo para ganhos de eficiência operacional. Isso faz parte da nossa estratégia, que visa obter ganhos contínuos de produtividade, sem impactar negativamente o nível de serviço para os clientes.

Resultado financeiro

O resultado financeiro totalizou 48,6 milhões com aumento de 4,4% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Índice combinado

O índice combinado no primeiro semestre de 2018 foi de 98,5%, redução de 1,1 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior.

O índice combinado ampliado, que inclui o resultado financeiro, no primeiro semestre de 2018 foi de 92,2%, redução de 1,7 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior.

Lucro líquido e por ação

A Companhia apresentou lucro líquido de R\$ 38,8 milhões, aumento de 8,9% em relação ao mesmo período do ano anterior. O lucro por ação foi de R\$ 0,53 no primeiro semestre de 2018 e R\$ 0,49 no mesmo período do ano anterior.

Investimentos e novos negócios

A Companhia fez investimentos no montante de R\$ 4,4 milhões no primeiro semestre de 2018, destinados a sistemas de informática.

Distribuição de dividendos

No semestre foi deliberada a distribuição de lucros no total de R\$ 48,7 milhões, na forma de dividendos e de juros sobre capital próprio, nos valores de R\$ 35,8 milhões e R\$ 12,9 milhões, respectivamente, em Reuniões do Comitê de Direção realizadas em 20 de fevereiro, 12 de março e 11 de junho de 2018.

Conforme previsto no Estatuto da Brasilveículos Companhia de Seguros uma parcela de seu lucro, por proposta dos órgãos da administração, aprovada pela Assembleia Geral, poderá ser destinada à formação de Reserva de Investimentos, que tem o objetivo de prover fundos que garantam o nível de capitalização da Companhia, investimentos em atividades relacionadas com o objeto social da Companhia, o aumento de capital nas sociedades das quais participa como acionista, a aquisição de sociedades congêneres e/ou o pagamento de dividendos futuros ou suas antecipações.

Em atendimento à Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações, a Companhia declara deter, na categoria “mantidos até o vencimento”, títulos e valores mobiliários no valor de R\$ 449,4 milhões e, considerando ter capacidade financeira para tal, manifesta a intenção de observar os prazos de resgate originais dos mesmos.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes, corretores, parceiros e aos colaboradores pelo apoio e confiança depositados em nosso trabalho. O fortalecimento desse relacionamento é um dos objetivos que nos estimula a seguir em frente, em busca de novos desafios.

São Paulo, 28 de agosto de 2018.

A Administração



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501

www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias

Aos Conselheiros e Diretores da
Brasilveículos Companhia de Seguros
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias da Brasilveículos Companhia de Seguros (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas selecionadas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Brasilveículos Companhia de Seguros em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras intermediárias e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras intermediárias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras intermediárias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras intermediárias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras intermediárias

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras intermediárias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras intermediárias.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras intermediárias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras intermediárias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras intermediárias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras intermediárias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras intermediárias, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras intermediárias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de agosto de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6



Fernando Antonio Rodrigues Alfredo
Contador CRC 1SP252419/O-0

Brasileículos Companhia de Seguros

Balancos patrimoniais

Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais)

| Ativo | Nota | 30/06/2018 | 31/12/2017 |
|--|-------------|-------------------|-------------------|
| Circulante | | 1.565.613 | 1.629.850 |
| Disponível | | - | 3 |
| Caixa e bancos | | - | 3 |
| Equivalente de caixa | | 1.321 | 284 |
| Aplicações | 5 | 750.740 | 756.835 |
| Créditos das operações com seguros e resseguros | | 583.782 | 603.688 |
| Prêmios a receber | 7 | 583.782 | 603.688 |
| Outros créditos operacionais | 8 | 13.909 | 17.277 |
| Títulos e créditos a receber | | 37.884 | 61.897 |
| Títulos e créditos a receber | 9 | 5.601 | 5.936 |
| Créditos tributários e previdenciários | 25b | 29.181 | 41.164 |
| Outros créditos | 10 | 3.102 | 14.797 |
| Outros valores e bens | | 74.776 | 84.757 |
| Bens à venda | 11 | 74.765 | 84.746 |
| Outros valores | | 11 | 11 |
| Despesas antecipadas | | 1.300 | 927 |
| Custos de aquisição diferidos | 18 | 101.901 | 104.182 |
| Seguros | | 101.901 | 104.182 |
| Ativo não circulante | | 1.199.841 | 1.179.250 |
| Realizável a longo prazo | | 1.131.867 | 1.105.377 |
| Aplicações | 5 | 389.684 | 373.464 |
| Créditos das operações com seguros e resseguros | | 12.365 | 11.233 |
| Prêmios a receber | 7 | 12.365 | 11.233 |
| Títulos e créditos a receber | | 703.881 | 695.658 |
| Créditos tributários e previdenciários | 25b | 83.786 | 86.459 |
| Depósitos judiciais e fiscais | 22 | 620.095 | 609.199 |
| Custos de aquisição diferidos | 18 | 25.937 | 25.022 |
| Seguros | | 25.937 | 25.022 |
| Investimentos | | 371 | 382 |
| Participações societárias | | 358 | 369 |
| Outros investimentos | | 13 | 13 |
| Imobilizado | 12 | 2.047 | 2.247 |
| Bens móveis | | 665 | 832 |
| Outras imobilizações | | 1.382 | 1.415 |
| Intangível | 13 | 65.556 | 71.244 |
| Outros intangíveis | | 65.556 | 71.244 |
| Total do ativo | | 2.765.454 | 2.809.100 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Brasileículos Companhia de Seguros

Balancos patrimoniais

Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais)

| Passivo | Nota | 30/06/2018 | 31/12/2017 |
|--|-------------|-------------------|-------------------|
| Circulante | | 1.361.857 | 1.412.419 |
| Contas a pagar | | 96.060 | 135.861 |
| Obrigações a pagar | 14a | 32.327 | 65.647 |
| Impostos e encargos sociais a recolher | 14b | 44.119 | 45.572 |
| Encargos trabalhistas | | 6.403 | 4.988 |
| Impostos e contribuições | 15 | 4.741 | 8.461 |
| Outras contas a pagar | | 8.470 | 11.193 |
| Débitos de operações com seguros e resseguros | | 81.355 | 83.764 |
| Prêmios a restituir | | 328 | 68 |
| Corretores de seguros e resseguros | 16 | 80.915 | 83.608 |
| Outros débitos operacionais | | 112 | 88 |
| Depósitos de terceiros | 17 | 21.203 | 25.126 |
| Provisões técnicas - seguros | 18 | 1.163.239 | 1.167.668 |
| Danos | | 1.161.261 | 1.165.790 |
| Pessoas | | 1.978 | 1.878 |
| Passivo não circulante | | 918.701 | 901.890 |
| Provisões técnicas - seguros | 18 | 394.355 | 387.244 |
| Danos | | 393.829 | 386.781 |
| Pessoas | | 526 | 463 |
| Outros débitos | | 524.346 | 514.646 |
| Provisões judiciais | 22 | 524.346 | 514.646 |
| Patrimônio líquido | 23 | 484.896 | 494.791 |
| Capital social | | 335.319 | 335.319 |
| Reservas de lucros | | 110.804 | 159.521 |
| Ajustes de avaliação patrimonial | | (73) | (49) |
| Lucros acumulados | | 38.846 | - |
| Total do passivo e patrimônio líquido | | 2.765.454 | 2.809.100 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Brasileículos Companhia de Seguros

Demonstrações de resultados

Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação)

| | Nota | 30/06/2018 | 30/06/2017 |
|---|------------|----------------|----------------|
| Prêmios emitidos | 24b | 713.121 | 787.140 |
| (-) Variações das provisões técnicas de prêmios | | (4.346) | (18.481) |
| (=) Prêmios ganhos | 24a | 708.775 | 768.659 |
| (+) Receita com emissão de apólices | | 2.775 | 3.115 |
| (-) Sinistros ocorridos | 24c | (465.605) | (523.957) |
| (-) Custos de aquisição | 24d | (89.818) | (92.507) |
| (-) Outras receitas e despesas operacionais | 24e | (27.062) | (28.827) |
| (-) Despesas administrativas | 24f | (101.427) | (102.056) |
| (-) Despesas com tributos | 24g | (14.423) | (17.218) |
| (+) Resultado financeiro | 24h | 48.585 | 46.559 |
| (+) Receitas Financeiras | | 57.810 | 75.150 |
| (-) Despesas Financeiras | | (9.225) | (28.591) |
| (+) Resultado patrimonial | | 8 | 45 |
| (=) Resultado operacional | | 61.808 | 53.813 |
| (+) Ganhos ou perdas com ativos não correntes | | 65 | (6) |
| (=) Resultado antes dos impostos e participações | | 61.873 | 53.807 |
| (-) Imposto de renda | 25a | (11.266) | (8.059) |
| (-) Contribuição social | 25a | (9.448) | (6.103) |
| (-) Participações sobre o resultado | | (2.313) | (3.971) |
| (=) Lucro líquido do semestre | | 38.846 | 35.674 |
| (/) Quantidade de ações | | 72.762.823 | 72.762.823 |
| (=) Lucro líquido por ação - R\$ | | 0,53 | 0,49 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Brasileículos Companhia de Seguros

Demonstrações dos resultados abrangentes
Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

| | <u>30/06/2018</u> | <u>30/06/2017</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| Lucro líquido do semestre | 38.846 | 35.674 |
| Outros resultados abrangentes | (24) | 107 |
| Variação líquida no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda | (44) | 195 |
| Imposto de renda e contribuição social sobre resultados abrangentes | 20 | (88) |
| Resultado abrangente do semestre, líquido dos impostos | 38.822 | 35.781 |
| Atribuível aos acionistas | | |
| Controladores | 38.822 | 35.781 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Brasileículos Companhia de Seguros

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

| | Reservas de lucros | | | Ajustes com títulos e valores mobiliários | Lucros acumulados | Total |
|--|--------------------|---------------|-----------------------------|--|----------------------|----------------|
| | Capital Social | Reserva legal | Reserva de investimentos | | | |
| Saldo em 1º de janeiro de 2017 | 335.319 | 63.418 | 124.059 | (377) | - | 522.419 |
| Títulos e valores mobiliários | - | - | - | 107 | - | 107 |
| Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 08 de março de 2017 | - | - | (4.400) | - | - | (4.400) |
| Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 02 de junho de 2017 | - | - | (15.600) | - | - | (15.600) |
| Juros sobre o capital próprio - Reunião de Diretoria em 08 de março de 2017 | - | - | (9.400) | - | - | (9.400) |
| Juros sobre o capital próprio pagos - Reunião de Diretoria em 02 de junho de 2017 | - | - | (9.000) | - | - | (9.000) |
| Lucro líquido do semestre | - | - | - | - | 35.674 | 35.674 |
| Saldo em 30 de junho de 2017 | 335.319 | 63.418 | 85.659 | (270) | 35.674 | 519.800 |
| Saldo em 1º de janeiro de 2018 | 335.319 | 67.065 | 92.456 | (49) | - | 494.791 |
| Títulos e valores mobiliários | - | - | - | (24) | - | (24) |
| Dividendos pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 20 de fevereiro de 2018 | - | - | (3.867) | - | - | (3.867) |
| Dividendos pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 12 de março de 2018 | - | - | (12.000) | - | - | (12.000) |
| Dividendos pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 11 de junho de 2018 | - | - | (19.950) | - | - | (19.950) |
| Juros sobre o capital próprio - Reunião de Diretoria em 12 de março de 2018 | - | - | (4.900) | - | - | (4.900) |
| Juros sobre o capital próprio - Reunião de Diretoria em 11 de junho de 2018 | - | - | (8.000) | - | - | (8.000) |
| Lucro líquido do semestre | - | - | - | - | 38.846 | 38.846 |
| Saldo em 30 de junho de 2018 | 335.319 | 67.065 | 43.739 | (73) | 38.846 | 484.896 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Brasileículos Companhia de Seguros

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

| | <u>30/06/2018</u> | <u>30/06/2017</u> |
|---|-------------------|-------------------|
| ATIVIDADES OPERACIONAIS | | |
| Lucro líquido do semestre | 38.846 | 35.674 |
| Ajustes para: | 475.692 | 22.961 |
| Depreciação e amortizações | 10.271 | 6.488 |
| Perda por redução ao valor recuperável | (2.179) | 3.613 |
| Variações das provisões técnicas (nota 2b) | 466.339 | 10.552 |
| Varição dos custos de aquisição diferidos | 1.366 | (3.979) |
| Ganhos e perdas | (65) | 6 |
| Ativos fiscais diferidos | (40) | 6.281 |
| Varição nas contas patrimoniais: | (429.952) | (14.340) |
| Aplicações | (10.125) | 33.930 |
| Créditos das operações de seguros e resseguros | 22.130 | (29.936) |
| Créditos tributários e previdenciários | 14.676 | (10.630) |
| Despesas antecipadas | (373) | 396 |
| Outros ativos | 25.592 | (576) |
| Depósitos judiciais e fiscais | (10.896) | (18.719) |
| Impostos e contribuições | 17.945 | 20.762 |
| Obrigações a pagar | (22.522) | (16.040) |
| Débitos de operações com seguros e resseguros | (3.799) | 2.062 |
| Depósitos de terceiros | (3.923) | (1.968) |
| Provisões técnicas - seguros (nota 2b) | (463.657) | (11.387) |
| Provisões judiciais | 9.700 | 12.243 |
| Outros passivos | (4.676) | 5.416 |
| Ajuste a valor justo - Títulos disponível para venda | (24) | 107 |
| Caixa gerado pelas operações | 84.586 | 44.295 |
| Imposto de renda sobre o lucro - pago | (11.632) | (3.957) |
| Contribuição social sobre o lucro - pago | (10.033) | (7.186) |
| Caixa líquido gerado nas atividades operacionais | 62.921 | 33.152 |
| ATIVIDADES DE INVESTIMENTO | | |
| Recebimento pela venda: | 11 | 223 |
| Investimentos | 11 | 84 |
| Imobilizado | - | 79 |
| Intangível | - | 60 |
| Pagamento pela compra: | (4.383) | (6.433) |
| Imobilizado | (21) | (44) |
| Intangível | (4.362) | (6.389) |
| Caixa líquido consumido nas atividades de investimento | (4.372) | (6.210) |
| ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO | | |
| Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio | (57.515) | (35.640) |
| Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento | (57.515) | (35.640) |
| Aumento/(Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa | 1.034 | (8.698) |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre | 287 | 10.144 |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre | 1.321 | 1.446 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Brasilveículos Companhia de Seguros

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Brasilveículos Companhia de Seguros (doravante designada “Brasilveículos” ou “Companhia”), é uma sociedade anônima de capital fechado, sediada em São Paulo, à Avenida das Nações Unidas, nº 14.261, 29º andar, São Paulo, cadastrada no CNPJ sob o nº 01.356.570/0001-81. A Companhia iniciou suas operações de seguros em 1997 e está autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a operar em seguros de danos e de pessoas, especializando-se, entretanto, na modalidade automóvel em todo o território nacional. A Companhia, no desenvolvimento de suas atividades, atua de forma integrada com o Banco do Brasil (doravante referido também como “BB”) e empresas a ele ligadas, mantendo com essas empresas algumas operações, as quais estão detalhadas na nota explicativa nº 26.

O GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE foi constituído pela parceria entre o Banco do Brasil, através de sua subsidiária integral BB Seguros Participações S.A., e o Grupo MAPFRE, através de sua subsidiária integral MAPFRE Brasil Participações S.A., representado por duas Sociedades Holdings: BB MAPFRE SH1 Participações S.A e MAPFRE BB SH2 Participações S.A..

Conforme fato relevante divulgado em 26.06.2018, a BB Seguros e o Banco do Brasil celebraram, junto ao Grupo MAPFRE, a assinatura do acordo de reestruturação da parceria do GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE, que prevê os seguintes movimentos societários:

i. Cisão parcial da BB MAPFRE SH1 (“SH1”) mediante a segregação de um acervo cindido correspondente a totalidade das ações representativas do capital social da MAPFRE Vida S.A. “coligada” a ser incorporado pela MAPFRE BB SH2 (“SH2”);

ii. Cisão parcial desproporcional da SH2 mediante a segregação de um acervo cindido correspondente a totalidade das ações representativas do capital social da Aliança do Brasil Seguros S.A. (“ABS”) “coligada” a ser incorporado pela SH1, sendo que após a sua transferência a SH1, a ABS deverá se abster de efetuar renovações e contratar novos negócios no segmento de grandes riscos, permanecendo titular apenas da carteira em run-off.

O fechamento da operação está condicionado ao cumprimento de determinadas condições precedentes, incluindo a obtenção das aprovações regulatórias aplicáveis, quando só então todos os pontos citados produzirão efeitos.

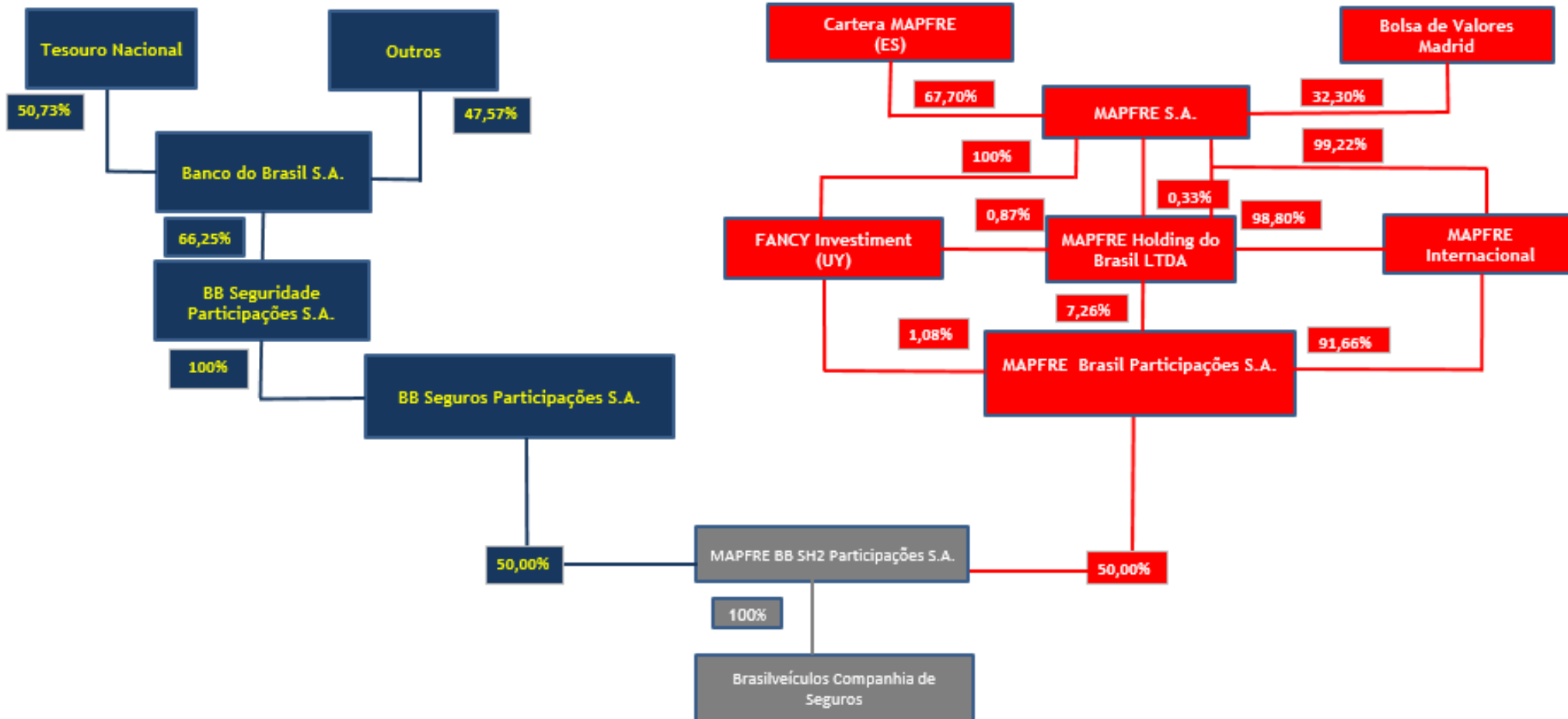
Em 30 de junho de 2018, o GRUPO apresentava a estrutura abaixo, cujo controle acionário foi aprovado pela Portaria SUSEP nº 4.676 de 25 de junho de 2012.

Brasilveículos Companhia de Seguros

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais)



Brasilveículos Companhia de Seguros

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais)

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

a) Base de preparação

Em consonância com a Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações, as demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações financeiras intermediárias estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular, seguindo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelo Pronunciamento CPC 21 - Demonstração Intermediária.

Essas demonstrações financeiras intermediárias foram aprovadas pela Administração em 28 de agosto de 2018.

b) Comparabilidade

Em 30 de junho de 2017, a Companhia reclassificou, os valores de variação das provisões técnicas, apresentados anteriormente como variação das contas patrimoniais de provisões técnicas - seguros, que, entretanto, devem ser considerados como ajustes ao lucro líquido do semestre apresentado nas demonstrações do fluxo de caixa. Essas reclassificações foram feitas, para melhor apresentação e comparabilidade. Tais mudanças não impactaram o fluxo de caixa gerado nas atividades operacionais do semestre.

c) Base para avaliação, apresentação e moeda funcional

As demonstrações financeiras intermediárias estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo. A moeda funcional da Companhia é o Real.

d) Continuidade

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas com base nesse princípio de continuidade.

e) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras intermediárias, de acordo com as normas do CPC, referendados pela SUSEP, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais

Brasileículos Companhia de Seguros

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais)

podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: *i.* informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras intermediárias; *ii.* informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil.

- Nota 3e - Classificação dos contratos de seguros;
- Notas 3l, 3m, 18, 19 e 21- Provisões técnicas e teste de adequação dos passivos;
- Nota 3r e 24i - Arrendamento e determinação se um contrato contém um arrendamento;
- Nota 5 - Aplicações;
- Nota 7 - Prêmios a receber (Redução ao Valor Recuperável);
- Nota 22 - Provisões judiciais; e
- Nota 25b - Imposto de renda e contribuição social diferidos e tributos a recuperar.

f) Segregação entre circulante e não circulante

A Companhia efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante e não circulante considerando a expectativa de realização de até doze meses e posterior a doze meses, respectivamente. Para os itens patrimoniais sem vencimento definido, foram consideradas as classificações de administrativas para circulante e judiciais para não circulante.

g) Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados em e após 1º de janeiro de 2018 e algumas ainda não aprovadas pela SUSEP.

CPC 48 - Instrumentos financeiros (IFRS 9)

Substitui as orientações existentes no CPC 38 (IAS 39) - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, incluindo, novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros do CPC 38.

O CPC 48 (IFRS 9) entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, todavia as alterações ao IFRS 4, emitidas em setembro de 2016, pelo IASB, permitem para as entidades que atendam determinados critérios, aplicar isenção temporária ao IFRS 9 (CPC 48), de forma que a entidade mantenha a aplicação do IAS 39 (CPC 38) para os períodos anuais até antes de até 1º de janeiro de 2021. Tal tratativa foi divulgada pelo CPC por meio do Pronunciamento Revisão CPC nº 12 emitida em 21 de dezembro de 2017. A Administração concluiu que, suas atividades estão predominantemente relacionadas com seguro considerando a data das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015 e o conceito de predominância, tal como requerido pelas normas citadas no parágrafo anterior. Durante os períodos de 2016 e 2017, essa predominância

Brasileículos Companhia de Seguros

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais)

em atividades de seguros foi mantida, e, em decorrência, os critérios de elegibilidade da isenção temporária do IFRS 9 (CPC 48) foram cumpridos. Diante disso, a Seguradora optou por aplicar a isenção temporária do IFRS 9 (CPC 48) e continuará a aplicar o IAS 39 (CPC 48) até a data efetiva do IFRS 17.

CPC 06 (R2) (IFRS 16) - Operações de arrendamento Mercantil

O CPC 06 (R2) (IFRS 16) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes de modo que representem fielmente essas transações. Essas informações fornecem a base para que usuários de demonstrações contábeis avaliem o efeito que os arrendamentos têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Seguradora.

O novo pronunciamento altera de maneira mais substancial a contabilidade das entidades arrendatárias. O CPC 06 (R2) (IFRS) entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019.

IFRS 17 - Contratos de Seguros

A IFRS 17 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da Norma. O objetivo da IFRS 17 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Seguradora.

A IFRS 17 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2021.

Os normativos, CPC 06 (R2) (IFRS 16), CPC 48 (IFRS 9) e IFRS 17, serão aplicáveis quando referendados pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e, portanto, a Administração concluirá sua avaliação até a data da entrada em vigor das normas.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras intermediárias estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos apresentados.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos em conta movimento sem vencimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de noventa dias com risco insignificante de mudança de valor justo e que não estejam vinculados como garantia das provisões técnicas. Os valores são utilizados pela Companhia para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

b) Aplicações e instrumentos financeiros

A classificação dentre as categorias é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido. A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias:

Brasilveículos Companhia de Seguros

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais)

i. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações ativas e frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente no resultado do período.

ii. Ativos financeiros mantidos até o vencimento

São classificados nessa categoria caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais impactam o resultado.

iii. Ativos financeiros disponíveis para venda

Compreende os ativos financeiros não classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido (líquido dos efeitos tributários). Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

iv. Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamento determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os valores registrados nas rubricas “Créditos das operações com seguro e resseguro”, “Títulos e créditos a receber” e “Outros créditos” que são contabilizados pelo custo amortizado decrescidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

v. Determinação do valor justo

Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos estão divulgadas na nota explicativa nº 5c.

c) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia mantém operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos destinados à proteção de riscos associados com a variação de taxas de juros dos investimentos. As operações com derivativos são registradas e negociadas na B3 - Brasil Bolsa Balcão (Antiga BM&FBovespa).

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e os custos de transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas no resultado do período e estão classificados na categoria ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado.

Brasileículos Companhia de Seguros

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais)

d) Redução ao valor recuperável

i. Ativos financeiros

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor, pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, recuperação judicial ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título.

As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes.

ii. Operações de seguros

A Companhia reconhece uma redução ao valor recuperável conforme determina a Circular SUSEP nº 544/2016 artigo 6º incisos 3º e 7º e artigo 7º, sobre os prêmios a receber diretos, líquidos de comissões, comissão de estipulante, cosseguros e resseguros cedidos, IOF, Provisão de Prêmios não Ganhos (PPNG) e Custos de Aquisição Diferidos, para os recebíveis relativos a riscos decorridos ou prêmios a receber vencidos e não pagos, referentes a apólices cuja vigência tenha expirado e que não tenham sido canceladas. Adicionalmente, para os saldos remanescentes, é reconhecida a redução ao valor recuperável quando o período de inadimplência superar 60 (sessenta) dias da data do vencimento do crédito.

Ainda, o montante da redução corresponde à totalidade dos valores a receber de determinado segurado, independentemente de existirem outros valores a vencer deste mesmo segurado.

iii. Ativos não financeiros

Os valores dos ativos não financeiros são revistos, para fins de recuperabilidade, sempre que houver alguma indicação de perda considerada permanente, sendo a perda reconhecida no resultado do período se o valor contábil de um ativo exceder seu valor recuperável.

Brasileículos Companhia de Seguros

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais)

e) Classificação dos contratos de seguros

A Companhia classifica os contratos emitidos como contratos de seguro quando os contratos transferem risco significativo de seguro, assim definido quando pode ser observada a possibilidade de pagar benefícios adicionais ao segurado na ocorrência de um evento futuro incerto específico que possa afetá-lo de forma adversa e significativa.

f) Mensuração dos contratos de seguros

Os prêmios de seguros e os custos de aquisição são contabilizados por ocasião da emissão das apólices, ou pelo início de vigência do risco para os casos em que o risco tem início antes da emissão, e apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência do risco coberto, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios ganhos e dos custos de aquisição diferidos.

As receitas de prêmios e os correspondentes custos de aquisição, relativas aos riscos vigentes ainda sem emissão das respectivas apólices, são reconhecidas ao resultado no início da cobertura do risco, em bases estimadas.

Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados como "receitas financeiras" em base *"pro rata-die"* ao longo do período de pagamento das parcelas dos prêmios.

g) Operações com o convênio DPVAT

A receita de prêmios de DPVAT e as respectivas provisões técnicas são contabilizadas brutas, com base nos relatórios recebidos da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. (Seguradora Líder) na proporção do percentual de participação da Companhia no consórcio. Compete à Seguradora Líder as funções de recolher os prêmios, coordenar a emissão dos bilhetes, liquidar os sinistros e pagar as despesas de administração com os recursos dos consórcios, de acordo com a Resolução CNSP nº 332/2015 e alterações subsequentes. Conforme definido em instrumentos dos consórcios, 50% do resultado mensal são retidos pela Seguradora Líder ao longo do período e repassados líquidos aos participantes do consórcio no início do exercício social seguinte. Os outros 50% dos resultados a distribuir são repassados líquidos no mês subsequente ao da apuração mensal.

h) Outros valores e bens

É composto substancialmente por salvados a venda que são estimados e contabilizados, considerando o histórico de venda da Companhia com referência ao valor de mercado da tabela FIPE ou Molicar, líquido dos custos de venda.

i) Custos de aquisição diferidos

É composto substancialmente por valores referentes a comissões relativos à comercialização de apólices de seguros, sendo a apropriação ao resultado realizada pelo método *"pro rata-die"* tomando-se como base as datas de início e fim de vigência do risco segurado, com prazo médio de diferimento de 16 meses.

Brasilveículos Companhia de Seguros

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais)

j) Imobilizado

O ativo imobilizado de uso próprio compreende equipamentos, móveis, máquinas e utensílios e veículos. O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada e perdas de redução de valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso.

Gastos subsequentes são capitalizados somente quando geram benefícios econômicos futuros associados e possam ser avaliados com confiabilidade. Gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado, conforme incorridos.

A depreciação do ativo imobilizado é calculada segundo o método linear considerando os prazos divulgados na nota explicativa nº 12.

k) Ativos intangíveis

Compreende, basicamente, os gastos com projetos relacionados ao desenvolvimento de sistemas, quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica, apresentados na nota explicativa nº 13.

As despesas relacionadas à manutenção de “softwares” são reconhecidas no resultado no período quando incorridas.

l) Provisões técnicas

As provisões técnicas são constituídas e calculadas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

A Provisão de Prêmios não Ganhos (PPNG) é constituída pela parcela do prêmio comercial, calculada pelo método “*pro rata-die*” tomando-se por base as datas de início e fim de vigência do risco segurado.

A Provisão de Prêmios Não Ganhos dos Riscos Vigentes mas Não Emitidos (PPNG-RVNE) é calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triângulos de 24 meses que consideram o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices e endossos.

A Provisão Complementar de Cobertura (PCC) é constituída quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivos (TAP).

A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída por estimativa de pagamentos prováveis brutos de resseguros, líquidos de recuperação de cosseguro cedido, com base nas notificações e avisos de sinistros recebidos até a data do balanço patrimonial,

Brasileículos Companhia de Seguros

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais)

e atualizada monetariamente nos termos da legislação vigente. Inclui o ajuste do Sinistros Ocorridos mas Não Suficientemente Avisados (IBNeR), como complemento da Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) considerando o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até sua liquidação final.

A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a sinistros contemplando as despesas atribuídas individualmente a cada sinistro e também as despesas relacionadas aos sinistros de forma agrupada.

A Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados (IBNR) representa o montante esperado de sinistros ocorridos e não avisados até a data de cálculo da estimativa. É calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triângulos de 48 trimestres que consideram o intervalo entre a data de ocorrência e aviso do sinistro.

m) Teste de adequação dos passivos (TAP)

A Companhia elabora o teste de adequação de passivos semestralmente para todos os contratos que atendem à definição de um contrato de seguro segundo o CPC 11 - Contratos de Seguro e que estão vigentes na data de execução do teste. O teste considerou a projeção dos sinistros ocorridos e a ocorrer, as despesas administrativas, as despesas alocáveis relacionadas aos sinistros, e outras receitas e despesas diretamente relacionadas aos contratos de seguros. Para o cálculo do valor presente dos fluxos de caixa projetados a Companhia utilizou a estrutura a termo da taxa de juros (ETTJ) livre de risco definidas pela SUSEP. O resultado do TAP é apurado pela diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data-base, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas.

O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros ocorridos, incluindo as despesas alocáveis a sinistros e salvados, foi comparado às provisões técnicas de sinistros ocorridos - PSL, PDR, IBNR e IBNeR.

O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros a ocorrer, incluindo as despesas administrativas e outras despesas e receitas referentes a todos os riscos assumidos até a data-base do teste, foi comparado à soma das provisões técnicas PPNG e PPNG-RVNE. Para a projeção da sinistralidade dos sinistros a ocorrer, foi considerada a melhor estimativa da série histórica em diversos períodos compreendidos entre o último mês e até os últimos 36 meses de análise, resultando na sinistralidade de 67,7% para a Companhia.

Os contratos e certificados relativos aos ramos DPVAT não foram objetos de análise neste teste, conforme previsto na Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações.

O resultado do teste de adequação não apresentou necessidade de registro de provisões adicionais aos passivos de seguro já registrados na data-base.

Brasileículos Companhia de Seguros

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais)

n) Provisões, passivos e ativos contingentes

Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, e se a mesma puder ser estimada de maneira confiável, e seja provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar esta obrigação.

As contingências passivas são objeto de avaliação individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, com relação às probabilidades de perda que leva em consideração a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento dos Tribunais. Estas são provisionadas quando a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Os passivos contingentes, classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas quando individualmente relevantes.

Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e seu custo ou valor puder ser mensurado com confiabilidade. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são divulgados.

o) Benefícios aos empregados

i. Obrigações de curto prazo

As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado.

ii. Obrigações com aposentadorias

A Companhia é patrocinadora de um plano de previdência complementar para os empregados na modalidade de contribuição definida - Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL) administrado pela Brasilprev Seguros e Previdência S.A.. Trata-se de um plano de contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante, mediante contribuições realizadas por ele mesmo e pela Companhia, sendo os recursos investidos em um Fundo de Investimento destinado a essa finalidade. Os aportes mensais são calculados com base em salário-base de contribuição do participante e a Companhia não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas de benefícios a empregados, no período em que esses serviços são prestados pelos empregados.

Brasileículos Companhia de Seguros

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais)

iii. Outros benefícios de curto prazo

Outros benefícios de curto prazo tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, estacionamento, vale transporte, vale refeição e alimentação e treinamento profissional são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do período, à medida que são incorridos.

p) Outras receitas e despesas operacionais

Compreendem, substancialmente, as despesas com inspeção de riscos e rastreadores.

q) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre ativos financeiros (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros designados por meio do resultado a valor justo e ganhos nos instrumentos derivativos que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com atualização monetária das provisões técnicas, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (imparidade) reconhecidas nos ativos financeiros e perdas nos instrumentos derivativos que estão reconhecidos no resultado.

r) Arrendamento

No início dos contratos de locação, o GRUPO realiza procedimento de identificação se os mesmos são ou contém um arrendamento.

Os arrendamentos de ativo imobilizado da Companhia não transferem substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade, portanto são classificados como arrendamentos operacionais não sendo reconhecidos no balanço patrimonial.

Os pagamentos para os arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear de acordo com o prazo do arrendamento e os incentivos recebidos são reconhecidos como parte integrante das despesas totais de arrendamento, ao longo da vigência do contrato.

s) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 120 no semestre e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 20% sobre o lucro tributável.

Brasileículos Companhia de Seguros

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais)

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do semestre, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras intermediárias e somado de eventual ajuste de imposto a pagar com relação aos períodos anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos considerados na base de cálculo do imposto corrente e os correspondentes valores tributáveis ou dedutíveis em exercícios futuros.

O imposto diferido é mensurado pela aplicação das alíquotas vigentes sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, sendo reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação.

t) Participações nos lucros

A Companhia registra mensalmente a participação nos lucros com base nos critérios de pagamento referente ao último exercício, caso não tenha ocorrida nenhuma mudança significativa na política de remuneração, sendo atualizado pelo índice de reajuste salarial da categoria e ajustada posteriormente, para pagamento aos colaboradores, conforme política de remuneração.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros:

- Risco de subscrição;
- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Risco operacional.

A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações gerais sobre estas exposições, bem como os critérios adotados pela Companhia na gestão e mitigação de cada um dos riscos acima mencionados.

Brasileículos Companhia de Seguros

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais)

Estrutura de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, sendo utilizado com o objetivo de evitar perdas e adicionar valor ao negócio, à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros.

A Companhia conta com um processo de gestão de riscos, em constante aperfeiçoamento, alinhado à regulamentação vigente. A gestão busca a adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos.

O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos.

O gerenciamento dos riscos inerentes às atividades é abordado dentro de um processo apoiado na estrutura de Controles Internos e Gestão de Riscos. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos, buscando minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a identificação e mensuração dos riscos.

A gestão dos riscos corporativos é sustentada por modelos estatísticos como testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo do “*Value at Risk*” (*VaR*), indicadores de suficiência de capital, dentre outros. A estes modelos, adiciona-se a parcela qualitativa da gestão de riscos, com os resultados de avaliações de riscos, coleta de informações de perdas e análises de resultados de testes e controles, e de auditoria, tendo como objetivo a análise estratégica, o acompanhamento e a mitigação dos riscos corporativos.

Para assegurar a unicidade ao processo de gerenciamento de riscos, o GRUPO conta com os seguintes comitês:

- **Comitê financeiro:** constituído com o caráter de análise e a avaliação das questões ligadas a aspectos financeiros, sendo de competência deste, acompanhar o desempenho financeiro e propor para apreciação do Comitê Executivo, dentre outros, as políticas e os limites para administração dos riscos financeiros.
- **Comissão de riscos, segurança e sustentabilidade:** constituído como órgão de apoio vinculado ao Comitê de Direção, no âmbito da estrutura de governança corporativa do GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE, tendo como objetivo avaliar e acompanhar, bem como auxiliar a Alta Direção no processo de avaliação e decisão quanto aos riscos corporativos e controles internos, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo GRUPO.
- **Comitê de auditoria:** órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração que tem como atribuições, entre outras, revisar as demonstrações financeiras intermediárias, à luz das práticas contábeis vigentes; avaliar a qualidade do sistema de controles internos, à luz da regulamentação vigente e dos códigos internos;

Brasileículos Companhia de Seguros

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais)

avaliar a efetividade das auditorias independente e interna; e propor ao Conselho de Administração o aprimoramento das políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições.

- **Comitê executivo:** cabe a este comitê zelar pela agilidade e qualidade do processo decisório da Companhia. Possui atribuições específicas que colaboram com o ambiente de controles internos tais como a gestão dos processos de prevenção e combate à lavagem de dinheiro, a divulgação e disseminação dos mais elevados padrões de conduta ética e a otimização de recursos.

O relacionamento dos Comitês com a Alta Administração respeita as alçadas definidas pelo sistema normativo, contudo, sempre é respeitado o nível de independência requerido para as análises técnicas. Os Comitês têm, em seus regimentos, a definição de suas atribuições e nível de reporte.

Ainda com o intuito de gerir os riscos aos quais a Companhia está exposta, a Auditoria Interna possui um importante papel. A sua independência de atuação e a continuidade dos exames efetuados colaboram para uma gestão de riscos adequada ao perfil da Companhia. A Auditoria Interna fornece análises, apreciações, recomendações, pareceres e informações relativas às atividades examinadas, promovendo, assim, um controle efetivo a um custo razoável.

O escopo da Auditoria Interna está voltado ao exame e à avaliação da adequação e eficácia do sistema de controle interno, bem como à qualidade do desempenho no cumprimento das atribuições e responsabilidades.

Risco de subscrição

A Companhia define risco de subscrição como o risco transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro.

Os contratos de seguro que transferem risco significativo são aqueles onde a Companhia possui a obrigação de pagamento de um benefício adicional significativo aos seus segurados em cenários com substância comercial, classificados através da comparação entre cenários nos quais o evento ocorra, afetando os segurados de forma adversa, e cenários onde o evento não ocorra. Pela natureza intrínseca de um contrato de seguro, o seu risco é, de certa forma, acidental e conseqüentemente sujeito a oscilações. Para um grupo de contratos de seguro onde a teoria da probabilidade é aplicada para a precificação e provisionamento, a Companhia entende que o principal risco transferido para a Companhia é o risco de que sinistros avisados e os pagamentos de benefícios resultantes desses eventos excedam o valor contábil dos passivos de contratos de seguros. Essas situações ocorrem, na prática, quando a frequência e severidade dos sinistros e benefícios aos segurados são maiores do que previamente estimados, segundo a metodologia de cálculo destes passivos. A experiência histórica demonstra que, quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor seria a variabilidade sobre os fluxos de caixa que a Companhia incorreria para fazer face aos eventos de sinistros.

Brasilveículos Companhia de Seguros

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais)

Concentração de riscos

As exposições a concentração de riscos são monitoradas analisando as concentrações em determinadas áreas geográficas. O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio por região e por segmento de seguro baseada no valor de prêmio emitido bruto.

| Região geográfica | 30/06/2018 | | 30/06/2017 | |
|-------------------|----------------|-------------|----------------|-------------|
| | Auto | % | Auto | % |
| Centro Oeste | 111.451 | 16% | 125.553 | 17% |
| Nordeste | 164.010 | 24% | 172.396 | 23% |
| Norte | 31.471 | 5% | 31.549 | 4% |
| Sudeste | 265.733 | 38% | 296.927 | 39% |
| Sul | 120.368 | 17% | 131.624 | 17% |
| Total | 693.033 | 100% | 758.049 | 100% |

(*) As operações estão líquidas dos saldos de RVNE e DPVAT respectivamente, no montante de R\$ (4.521) e R\$ 24.609 (R\$ (6.211) e R\$ 35.302 em 30 de junho de 2017).

Sensibilidade do risco de subscrição

O teste de sensibilidade foi elaborado para explicitar como serão afetados o resultado e o patrimônio líquido caso ocorram alterações razoavelmente possíveis nas variáveis de risco relevante à data do balanço.

As provisões técnicas representam valor significativo do passivo e correspondem aos diversos compromissos financeiros futuros da Companhia com seus clientes.

Em função da relevância do montante financeiro e das incertezas que envolvem os cálculos das provisões, foram consideradas na análise; as variáveis mais relevantes para cada tipo de negócio.

Como fatores de risco elegeram-se as variáveis abaixo:

a) Provisões técnicas

Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados - IBNR: simulado como um possível e razoável aumento no atraso entre a data de ocorrência dos sinistros e a respectiva data de aviso à Companhia poderia afetar o saldo da provisão de IBNR. O agravamento considerado baseia-se na elevação de 5% nos valores de atraso.

b) Sinistralidade: Simulamos a elevação de 5% na sinistralidade da carteira.

Considerando as premissas acima descritas, os valores apurados são:

| Fator de Risco | Sensibilidade | 30/06/2018 |
|-------------------|--|--|
| | | Impacto patrimônio líquido/ no resultado (bruto de impostos) |
| a. IBNR | Aumento Elevação de 5% do IBNR | (2.121) |
| b. Sinistralidade | Aumento Elevação de 5% na sinistralidade | (49.646) |

Brasilveículos Companhia de Seguros

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais)

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações contratuais com a Companhia. A Administração possui políticas para garantir que limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos através do monitoramento e cumprimento da política de risco de crédito para os ativos financeiros individuais ou coletivos que compartilham riscos similares e levando em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado.

O risco de crédito pode se materializar por meio dos seguintes fatos:

- Perdas decorrentes de inadimplência, por falta de pagamento do prêmio ou de suas parcelas por parte dos segurados;
- Possibilidade de algum emissor de ativo financeiro não efetuar o pagamento previsto no vencimento ou as amortizações previstas para cada título; e
- Incapacidade ou inviabilidade de recuperação de comissões pagas aos corretores quando as apólices forem canceladas.

Exposição ao risco de crédito de seguro

A Administração entende que, no que se refere às operações de seguros, há uma exposição ao risco de crédito reduzida, uma vez que a Companhia opera com produto de característica massificado.

A exposição ao risco de crédito para prêmios a receber para os ramos de riscos a decorrer que, é o caso do automóvel, é considerada menor uma vez que a cobertura não é dada em antecedência ao pagamento do prêmio de seguro.

Gerenciamento do risco de crédito

A Política de Investimentos prevê a diversificação da carteira de investimentos (ativos financeiros), com o estabelecimento de limites de exposição por emissor e a exigência de *rating* mínimo "A" para alocação no caso de rebaixamento do *rating* a Administração avalia a manutenção da posição. Abaixo quadro demonstrativo das classificações de *rating* em 30 de junho de 2018:

| | 30/06/2018 | | | | | | | |
|------------------------------------|------------------|--------------|---------------|--------------|--------------|------------|-------------|------------------|
| Ativos financeiros - rating | AAA | AA+ | AA- | A | AA | A+ | BBB- | Total |
| Títulos de renda fixa públicos (*) | 1.110.498 | - | - | - | - | - | - | 1.110.498 |
| Debêntures | 8.416 | 1.191 | 2.087 | - | 2.703 | 221 | - | 14.618 |
| Letras financeiras | 440 | - | 13.400 | 1.468 | - | - | - | 15.308 |
| Total | 1.119.354 | 1.191 | 15.487 | 1.468 | 2.703 | 221 | - | 1.140.424 |

| | 31/12/2017 | | | | | | | |
|---|------------------|--------------|---------------|--------------|-----------|-----------|---------------|------------------|
| Ativos financeiros - rating | AAA | AA+ | AA- | A | AA | A+ | BBB- | Total |
| Títulos de renda fixa públicos (*) | 1.062.437 | - | - | - | - | - | - | 1.062.437 |
| Debêntures | 4.832 | 6.729 | 8.671 | - | - | - | 21.641 | 41.873 |
| Fundo de investimento em direitos creditórios | 12.550 | - | - | - | - | - | - | 12.550 |
| Letras financeiras | - | - | 12.025 | 1.414 | - | - | - | 13.439 |
| Total | 1.079.819 | 6.729 | 20.696 | 1.414 | - | - | 21.641 | 1.130.299 |

(*) Inclui operação compromissada com lastro em títulos públicos no montante de R\$ 398.337 (R\$ 363.165 em 31 de dezembro de 2017).

Brasileículos Companhia de Seguros

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais)

A Administração classificou os títulos públicos na categoria de rating AAA, uma vez que a contraparte é o Governo Federal.

O gerenciamento de risco de crédito referente aos instrumentos financeiros inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como *Standard & Poor's*, *Fitch* e *Moody's*.

A Companhia efetua diversas análises de sensibilidade e testes de "Stress" como ferramentas de gestão de riscos financeiros. Os resultados destas análises são utilizados para mitigação de riscos e para o entendimento do impacto sobre os resultados e sobre o patrimônio líquido da Companhia em condições normais e em condições de "Stress". Esses testes levam em consideração cenários históricos e cenários de condições de mercado previstos para períodos futuros e têm seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão e também para identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia.

Risco de liquidez

O risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade de a Companhia liquidar seus compromissos, como com as dificuldades ocasionadas na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação. A Companhia possui política específica que estabelece índices de liquidez mínimos requeridos para suprir quaisquer necessidades de financiamentos e compromissos.

Uma forte posição de liquidez é mantida por meio da gestão do fluxo de caixa e equilíbrio entre ativos e passivos para manter recursos financeiros suficientes para cumprir as obrigações à medida que estas atinjam seu vencimento.

Exposição ao risco de liquidez

O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa, considerando também os passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro.

Gerenciamento do risco de liquidez

A administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados. São aprovados, anualmente, pela Diretoria os níveis mínimos de liquidez a serem mantidos, assim como os instrumentos para gestão da liquidez, tendo como base as premissas estabelecidas na Política de Investimentos a qual é aprovada pelo Conselho de Administração.

O gerenciamento do risco de liquidez é realizado pela Diretoria Geral de Administração, Finanças e Marketing e tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações. A Companhia monitora, por meio da gestão do fluxo de caixa, as entradas e os desembolsos futuros, a fim de manter o risco de liquidez em níveis aceitáveis e, caso necessário, apontar com antecedência

Brasilveículos Companhia de Seguros

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais)

possíveis necessidades de redirecionamento dos investimentos. Adicionalmente, é reportado mensalmente à SUSEP o nível de liquidez apresentado pela Companhia, avaliando a sobra de recursos em função da necessidade de cobertura das provisões técnicas.

As estimativas utilizadas para determinar os valores e prazos aproximados para o pagamento de indenizações e benefícios são revisadas mensalmente.

Essas estimativas são inerentemente subjetivas e podem impactar diretamente na capacidade em manter o equilíbrio de ativos e passivos.

Não obstante a Companhia apresentar índice de liquidez negativa na distribuição das faixas dos *agings* do ativo e do passivo, não apresenta insuficiência de liquidez, uma vez que mantém geração de caixa suficiente para honrar os compromissos de curto prazo e ainda mantém aplicações financeiras classificadas como disponíveis para venda que podem ser utilizadas no caso de eventual necessidade.

| | | | | 30/06/2018 |
|---|------------------|----------------|-----------------|------------------|
| | até 1 ano | de 1 a 5 anos | acima de 5 anos | Total |
| Ativo | | | | |
| Equivalentes de caixa | 1.321 | - | - | 1.321 |
| Aplicações (*) | 594.670 | 405.059 | 1.779 | 1.001.508 |
| Créditos das operações com seguros e resseguros | 583.782 | 12.365 | - | 596.147 |
| Outros créditos operacionais | 13.909 | - | - | 13.909 |
| Títulos e créditos a receber (**) | 8.703 | - | - | 8.703 |
| Outros valores e bens | 74.776 | - | - | 74.776 |
| Despesas antecipadas | 1.300 | - | - | 1.300 |
| Custos de aquisição diferidos | 101.901 | 25.937 | - | 127.838 |
| Total ativo | 1.380.362 | 443.361 | 1.779 | 1.825.502 |
| Passivo | | | | |
| Provisões técnicas (*)/(**) | 1.106.712 | 285.224 | 26.854 | 1.418.790 |
| Contas a pagar | 96.060 | - | - | 96.060 |
| Débitos das operações com seguros e resseguros | 81.355 | - | - | 81.355 |
| Depósitos de terceiros | 21.203 | - | - | 21.203 |
| Total passivo | 1.305.330 | 285.224 | 26.854 | 1.617.408 |

| | | | | 31/12/2017 |
|---|------------------|----------------|-----------------|------------------|
| | até 1 ano | de 1 a 5 anos | acima de 5 anos | Total |
| Ativo | | | | |
| Caixa e bancos | 3 | - | - | 3 |
| Equivalentes de caixa | 284 | - | - | 284 |
| Aplicações (*) | 612.178 | 384.241 | - | 996.419 |
| Créditos das operações com seguros e resseguros | 603.688 | 11.233 | - | 614.921 |
| Outros créditos operacionais | 17.277 | - | - | 17.277 |
| Títulos e créditos a receber (**) | 20.733 | - | - | 20.733 |
| Outros valores e bens | 57.056 | 27.701 | - | 84.757 |
| Despesas antecipadas | 927 | - | - | 927 |
| Custos de aquisição diferidos | 104.182 | 25.022 | - | 129.204 |
| Total ativo | 1.416.328 | 448.197 | - | 1.864.525 |
| Passivo | | | | |
| Provisões técnicas (*)/(**) | 1.048.183 | 341.226 | 31.711 | 1.421.120 |
| Contas a pagar | 135.861 | - | - | 135.861 |
| Débitos das operações com seguros e resseguros | 83.764 | - | - | 83.764 |
| Depósitos de terceiros | 25.126 | - | - | 25.126 |
| Total passivo | 1.292.934 | 341.226 | 31.711 | 1.665.871 |

(*) Nas aplicações financeiras foram consideradas as datas de vencimento dos títulos e valores mobiliários. Os ativos financeiros e provisões técnicas relacionados a DPVAT, no valor respectivo de R\$ 138.916 (R\$ 133.880 em 31 de dezembro de 2017) e R\$ 138.804 (R\$ 133.792 em 31 de dezembro de 2017), não foram classificados no quadro por não estar sob a gestão da Administração.

Brasilveículos Companhia de Seguros

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais)

(**) Os depósitos judiciais e fiscais no montante de R\$ 620.095 (R\$ 609.199 em 31 de dezembro de 2017), e provisões judiciais de R\$ 524.346 (R\$ 514.646 em 31 de dezembro 2017), não foram classificados no quadro acima devido à expectativa incerta do prazo das respectivas decisões judiciais. Os créditos tributários e previdenciários, no valor de R\$ 112.967 (R\$ 127.623 em 31 de dezembro de 2017) também não foram classificados no quadro acima.

(***) No que se refere ao fluxo de saída das provisões de sinistros foi considerado a experiência histórica observada do padrão de pagamento.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno dos investimentos.

A política da Companhia, em termos de exposição a riscos de mercado, é conservadora, sendo que o risco de mercado é calculado pela Diretoria de Risco do Banco do Brasil com base em cenários de *stress*, histórico e nas metodologias de *Value at Risk (VaR)* e *Macauley Duration*.

O modelo de *VaR* é aplicado aos fundos de investimentos de Liquidez e Risco da Companhia, utilizando-se de série histórica de 150 dias, com nível de confiança de 95% e horizonte temporal de 1 dia útil.

Considerando o efeito da diversificação entre os fatores de risco, a possibilidade de perda estimada pelo modelo do *VaR*, para o intervalo de 1 dia é:

| Fundo | 30/06/2018 | |
|---------------|------------|------------|
| | VaR | Patrimônio |
| Liquidez | - | 2.015.762 |
| Rentabilidade | 6 | 368.794 |

A metodologia de *Macauley Duration* é aplicada às Carteiras de *ALM* (*Asset & Liability Management*) da Companhia, que contempla as carteiras administradas e os fundos com ativos mantidos até o vencimento. O prazo médio apresentado para as carteiras é de 1,53 anos (1,73 em 31 de dezembro de 2017) frente a um patrimônio de R\$ 621.630 (R\$ 627.520 em 31 de dezembro de 2017) e está de acordo com as diretrizes de *ALM* do GRUPO SEGURADOR, sendo revisado, periodicamente, pelo Comitê Financeiro.

Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é aperfeiçoar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito.

Brasileículos Companhia de Seguros

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais)

Sensibilidade a taxa de juros

Na presente análise de sensibilidade, são considerados os seguintes fatores de risco: *i.* taxa de juros e *ii.* cupons de títulos indexados a índices de inflação (INPC, IGP-M e IPCA) em função da relevância dos mesmos nas posições ativas da Companhia.

A definição dos parâmetros quantitativos utilizados na análise de sensibilidade (100 pontos base para taxa de juros e para cupons de inflação) teve por base a análise das variações históricas de taxas de juros em período recente e premissa de não alteração das curvas de expectativa de inflação, refletindo nos respectivos cupons na mesma magnitude da taxa de juros.

Do total de R\$ 1.140.424 (R\$ 1.130.299 em dezembro de 2017) de aplicações financeiras, incluindo as operações compromissadas, R\$ 138.916 (R\$ 133.880 em 31 de dezembro de 2017) foram extraídos da base da análise de sensibilidade relativos aos investimentos em DPVAT. Desta forma, a análise de sensibilidade foi realizada para o volume financeiro de R\$ 1.001.508 (R\$ 996.419 em 31 de dezembro de 2017).

Para a análise de sensibilidade, todos os ativos em carteira da Companhia foram considerados a valor de mercado, independentemente de sua classificação contábil.

| | <u>30/06/2018</u> |
|------------------------|--|
| | <u>Impacto no patrimônio líquido (bruto de impostos)</u> |
| Fator de risco | |
| Taxa de juros e cupons | |
| a) Elevação de taxas | (25.606) |
| b) Redução de taxas | 26.493 |

Parâmetro: 100 *basis points* nas estruturas de taxas de juros e cupons vigentes.

Risco operacional

Risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou decorrentes de fraudes ou eventos externos, incluindo-se o risco legal e excluindo-se os riscos decorrentes de decisões estratégicas e a reputação da instituição.

Gerenciamento do risco operacional

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à Alta Administração dentro de cada unidade de negócio. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais para a administração de riscos operacionais dentre eles:

- exigências para segregação adequada de funções;
- exigências para o monitoramento de operações;
- cumprimento com exigências regulatórias e legais;
- documentação de controles e procedimentos;
- avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados e sua mitigação;

Brasileículos Companhia de Seguros

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais)

- desenvolvimento do Banco de Dados de Perdas Operacionais (BDPO) para *report* de prejuízos operacionais e as ações corretivas;
- desenvolvimento de Planos de Continuidade de Negócios (PCN);
- treinamento e disseminação da cultura de controles internos; e
- padrões éticos.

Dentro desse cenário, a Companhia dispõe de mecanismos de avaliação do seu sistema de controle interno para prover segurança razoável quanto ao alcance de seus objetivos a fim de evitar a possibilidade de perda ocasionada pela inobservância, violação ou não conformidade com as normas e instruções internas.

O ambiente de controles internos também contribui para a gestão do risco operacional, em que o mapa de riscos é atualizado regularmente com base nas autoavaliações de riscos e controles. Adicionalmente, um programa de análises periódicas de responsabilidade da Auditoria Interna é aprovado anualmente pelo Conselho de Administração com trâmite pelo Comitê de Auditoria. Os resultados das análises da Auditoria Interna são encaminhados aos responsáveis pelas áreas auditadas, para melhoria de seus processos, bem como para conhecimento do Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração.

Limitações da análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e os passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. À medida que os mercados de investimentos se movimentam através de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção.

Outras limitações nas análises de sensibilidade incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial que somente representa a visão da Companhia de possíveis mudanças no mercado em um futuro próximo, que não podem ser previstas com qualquer certeza, além de considerar como premissa que todas as taxas de juros se movimentam de forma idêntica.

Gestão de capital

O principal objetivo da Companhia em relação à gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender os requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), além de otimizar retorno para os acionistas.

Patrimônio líquido ajustado e adequação de capital

Em atendimento à Resolução SUSEP nº 360/2017 (alterada pela Resolução nº 343/2016), as Sociedades Supervisionadas deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA) igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o capital base e o capital de risco (CR).

Brasilveículos Companhia de Seguros

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais)

A Companhia apura o CR com base nos riscos de subscrição, crédito, operacional e mercado como demonstrado abaixo:

| | 30/06/2018 |
|--|-------------------|
| 1. Ajustes contábeis | |
| Patrimônio Líquido | 484.896 |
| Participação em sociedades financeiras e não financeiras - nacionais ou no exterior | (358) |
| Despesas antecipadas | (1.300) |
| Ativos intangíveis | (65.556) |
| Obras de arte | (1) |
| Patrimônio líquido ajustado subtotal (a) | 417.681 |
| 2. Ajustes associados à variação dos valores econômicos | |
| Diferença entre o valor de mercado e o valor contábil dos ativos financeiros mantidos até o vencimento | 1.472 |
| Superávit entre as provisões e fluxo realista de prêmios/contribuição registradas | 1.963 |
| Ajustes econômicos (b) | 3.435 |
| 3. Capital mínimo requerido | |
| Capital base - CB | 15.000 |
| Capital de risco (subscrição, crédito, mercado e operacional) (CR) | 280.328 |
| Capital de risco de subscrição | 250.138 |
| Capital de risco de crédito | 33.945 |
| Capital de risco operacional | 9.641 |
| Capital de risco de mercado | 7.100 |
| Correlação entre os riscos | (20.496) |
| Capital mínimo requerido (c) | 280.328 |
| Suficiência de capital (d = a + b - c) | 140.788 |
| Suficiência de capital (d / c) | 50% |
| Índice de Solvência [e = (a + b) / c] | 1,50 |

As Normas acima referidas determinam que as sociedades supervisionadas apresentem liquidez em relação ao CR superior a 20%. Em 30 de junho de 2018 a Companhia apresenta liquidez como se segue:

| | |
|--|---------|
| Capital de risco (a) | 280.328 |
| Índice de liquidez requerido pela Res. CNSP nº 343/2016 - 20% sobre CR | 56.066 |
| Ativos livres - Nota explicativa nº 20 - (b) | 161.772 |
| Índice de liquidez em 30 de junho de 2018 (b/a) | 57,71% |

5. APLICAÇÕES

a) Composição por prazo e por nível hierárquico

Apresentamos a seguir a composição dos ativos financeiros por prazo, por título e por hierarquia de valor justo. Os ativos financeiros classificados a valor justo por meio do resultado estão apresentados no ativo circulante.

Brasilveículos Companhia de Seguros

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais)

| Títulos | Hierarquia de valor justo | Vencimento | | | | Ativos | | | | Total | | | |
|---|---------------------------|----------------|----------------|-----------------|----------------|---------------------|------------------|------------------|-----------------------------|------------------|-------------|------------------|-------------|
| | | Até 1 ano | De 1 a 5 anos | Acima de 5 anos | Sem vencimento | Valor contábil | Valor de curva | Valor justo | Ganho / perda não realizado | 30/06/2018 | % | 31/12/2017 | % |
| | | (A) | (B) | (C) | (D) | (E = A + B + C + D) | (F) | (G) | (G - F) | (E) | | (H) | |
| Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado | | 404.978 | 15.375 | 1.779 | 138.214 | 560.346 | 560.147 | 560.346 | 199 | 560.346 | 49% | 522.142 | 46% |
| Fundos de investimentos | | 404.978 | 15.375 | 1.779 | 138.214 | 560.346 | 560.147 | 560.346 | 199 | 560.346 | 100% | 509.592 | 100% |
| Letras financeiras do tesouro (LFT) | 1 | - | 4.494 | - | - | 4.494 | 4.495 | 4.494 | (1) | 4.494 | 1% | 2.835 | 1% |
| Letras do tesouro nacional (LTN) | 1 | 3.363 | 4.714 | - | - | 8.077 | 7.927 | 8.077 | 150 | 8.077 | 1% | 9.714 | 2% |
| Debêntures | 2 | 3.278 | 4.733 | 1.779 | - | 9.790 | 9.741 | 9.790 | 49 | 9.790 | 2% | - | - |
| Letras financeiras (LF) | 2 | - | 1.435 | - | - | 1.435 | 1.434 | 1.435 | 1 | 1.435 | 0% | - | - |
| Operações compromissadas (*) | 1 | 398.337 | - | - | - | 398.337 | 398.337 | 398.337 | - | 398.337 | 71% | 363.165 | 71% |
| DPVAT | 2 | - | - | - | 138.916 | 138.916 | 138.916 | 138.916 | - | 138.916 | 25% | 133.880 | 26% |
| Caixa / contas a pagar / contas a receber | 2 | - | - | - | (702) | (702) | (702) | (702) | - | (702) | 0% | (1) | 0% |
| Outros | 2 | - | (1) | - | - | (1) | (1) | (1) | - | (1) | 0% | (1) | 0% |
| Carteiras administradas | | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 0% | 12.550 | 2% |
| Fundos de investimentos em direitos creditórios (FDIC) | 2 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 0% | 12.550 | 100% |
| Ativos financeiros disponíveis para venda | | - | 130.658 | - | - | 130.658 | 130.791 | 130.658 | (133) | 130.658 | 12% | 146.279 | 13% |
| Carteiras administradas | | - | 130.658 | - | - | 130.658 | 130.791 | 130.658 | (133) | 130.658 | 100% | 146.279 | 100% |
| Letras financeiras do tesouro (LFT) | 1 | - | 93.848 | - | - | 93.848 | 93.882 | 93.848 | (34) | 93.848 | 72% | 90.967 | 62% |
| Letras do tesouro nacional (LTN) | 1 | - | 18.109 | - | - | 18.109 | 18.253 | 18.109 | (144) | 18.109 | 14% | - | 0% |
| Debêntures | 2 | - | 4.828 | - | - | 4.828 | 4.824 | 4.828 | 4 | 4.828 | 4% | 41.873 | 29% |
| Letras financeiras (LF) | 2 | - | 13.873 | - | - | 13.873 | 13.832 | 13.873 | 41 | 13.873 | 10% | 13.439 | 9% |
| Ativos mantidos até o vencimento | | 190.394 | 259.026 | - | - | 449.420 | 449.420 | 452.095 | 2.675 | 449.420 | 39% | 461.878 | 41% |
| Fundos de investimentos | | 190.394 | 259.026 | - | - | 449.420 | 449.420 | 452.095 | 2.675 | 449.420 | 100% | 461.878 | 100% |
| Notas do tesouro nacional - Série B (NTN-B) | 1 | 190.394 | 259.026 | - | - | 449.420 | 449.420 | 452.095 | 2.675 | 449.420 | 100% | 440.909 | 95% |
| Notas do tesouro nacional - Série F (NTN-F) | 1 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 0% | 20.969 | 5% |
| Total | | 595.372 | 405.059 | 1.779 | 138.214 | 1.140.424 | 1.140.358 | 1.143.099 | 2.741 | 1.140.424 | 100% | 1.130.299 | 100% |

* Operações compromissadas com lastro em títulos públicos.

Brasileículos Companhia de Seguros

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais)

b) Hierarquia de valor justo

Ao mensurar o valor justo dos ativos financeiros a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos idênticos.
- Nível 2: *Inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: Ativos que não sejam precificados com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.

c) Determinação do valor justo

O valor justo das aplicações em fundos de investimentos foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Os títulos de renda fixa públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA).

Os títulos de renda fixa (debêntures) tiveram suas cotações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). Para os demais títulos de renda fixa ativos, sem cotação em mercado, o valor justo é apurado utilizando-se metodologia própria - "*Market to Model*" do administrador com o uso máximo de informações observáveis no mercado.

Os critérios de precificação dos instrumentos financeiros derivativos são definidos pelo administrador das carteiras e pelo custodiante, sendo utilizadas curvas e taxas divulgadas pela ANBIMA e B3 - Brasil Bolsa Balcão (Antiga BM&FBovespa) para cálculos e apreçamento constantes no manual de precificação da instituição, em conformidade com o código de autorregulação da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA). O valor justo dos investimentos mantidos até o vencimento é determinado apenas para fins de divulgação.

A posição e o valor dos títulos DPVAT, são informados pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A..

As aplicações financeiras são custodiadas, registradas e negociadas na B3 - Brasil Bolsa Balcão, na SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia, CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação e na CBLC - Central Brasileira de Liquidação e Custódia.

Brasilveículos Companhia de Seguros

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais)

d) Taxa de juros contratada

| | 30/06/2018 | | 31/12/2017 | |
|------------|---------------|-------------------------|-----------------|-----------------|
| | Maior taxa | Menor taxa | Maior taxa | Menor taxa |
| LFT | 100% SELIC | 100% SELIC | 13,82% | 13,40% |
| NTN-B | IPCA + 5,62% | IPCA + 3,82% | 5,62% | 3,82% |
| NTN-F | - | - | 9,47% | 9,47% |
| LTN | 13,11% | 7,05% | 13,31% | 8,23% |
| Debêntures | 111,5% do CDI | 100% do CDI + 0,35%a.a. | CDI + 0,75%a.a. | CDI + 0,69%a.a. |
| Debêntures | 111,5% do CDI | 100% do CDI + 0,35%a.a. | 111,50% do CDI | 104,25% do CDI |
| LF | 107,5% do CDI | 102,75% do CDI | 107,50% do CDI | 104,00% do CDI |

e) Movimentação das aplicações financeiras

| | Saldo em 31/12/2017 | Aplicações | Resgates | Ajuste valor justo | Rendimentos | Saldo em 30/06/2018 |
|-----------------------------------|------------------------|----------------|------------------|--------------------------|---------------|------------------------|
| Valor justo por meio do resultado | 522.142 | 407.657 | (387.081) | - | 17.628 | 560.346 |
| Disponíveis para venda | 146.279 | 18.073 | (37.823) | (44) | 4.173 | 130.658 |
| Mantidos até o vencimento | 461.878 | - | (33.615) | - | 21.157 | 449.420 |
| Total | 1.130.299 | 425.730 | (458.519) | (44) | 42.958 | 1.140.424 |

| | Saldo em 31/12/2016 | Aplicações | Resgates | Ajuste valor justo | Rendimentos | Saldo em 30/06/2017 |
|-----------------------------------|------------------------|----------------|------------------|--------------------------|---------------|------------------------|
| Valor justo por meio do resultado | 412.681 | 364.925 | (326.735) | - | 26.489 | 477.360 |
| Disponíveis para venda | 177.364 | 15.100 | (63.439) | 195 | 9.448 | 138.668 |
| Mantidos até o vencimento | 517.538 | - | (78.265) | - | 18.352 | 457.625 |
| Outras aplicações | 108 | - | - | - | - | 108 |
| Total | 1.107.691 | 380.025 | (468.439) | 195 | 54.289 | 1.073.761 |

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

O objetivo de atuação no mercado de derivativos é de proteção visando minimizar a exposição a riscos de mercado, de taxa de juros e proteção das posições detidas à vista. A utilização de derivativos (Futuro DI) está condicionada a avaliação do cenário macroeconômico. Apresentamos a seguir os instrumentos financeiros derivativos relativos a 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017:

| Derivativos | 30/06/2018 | | | |
|--|-------------|------------------------|----------------|--------------------------|
| | Quantidade | Valor de referência | Valor justo | Valor a receber/pagar |
| DI FUT- Vencimento acima de 360 dias (LTN) | (53) | 5.312 | 4.709 | (1) |
| DI FUT- Vencimento até 360 dias (LTN) | (35) | 3.541 | 3.362 | - |
| Total | (88) | 8.853 | 8.071 | (1) |

| Derivativos | 31/12/2017 | | | |
|---|-------------|------------------------|----------------|--------------------------|
| | Quantidade | Valor de referência | Valor justo | Valor a receber/pagar |
| DI FUT - Vencimento até 180 dias (LTN) | (18) | 1.771 | 1.770 | - |
| DI FUT - Vencimento acima de 360 dias (LTN) | (1) | 89 | 83 | - |
| DI FUT - Vencimento acima de 360 dias (LTN) | (18) | 1.771 | 1.626 | - |
| DI FUT - Vencimento acima de 360 dias (LTN) | (8) | 797 | 682 | (1) |
| Total | (45) | 4.428 | 4.161 | (1) |

Brasilveículos Companhia de Seguros

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais)

7. PRÊMIOS A RECEBER

Os prêmios de seguros e os custos de aquisição são contabilizados por ocasião da emissão das apólices, ou pelo início de vigência do risco para os casos em que o risco tem início antes da emissão, e apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência do risco coberto, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios ganhos e dos custos de aquisição diferidos.

| Ramos | 30/06/2018 | | | 31/12/2017 | | |
|---|-------------------|----------------------------------|---------------------------|-------------------|----------------------------------|---------------------------|
| | Prêmios a receber | Redução ao valor recuperável (*) | Prêmios a receber líquido | Prêmios a receber | Redução ao valor recuperável (*) | Prêmios a receber líquido |
| Automóvel - Casco | 393.280 | (7.233) | 386.047 | 424.733 | (5.626) | 419.107 |
| R. C. facultativa veículos - RCFV | 134.987 | (3.428) | 131.559 | 123.182 | (2.146) | 121.036 |
| Assistência e outras coberturas. - Auto | 72.660 | (1.710) | 70.950 | 67.726 | (1.341) | 66.385 |
| Acidentes pessoais passageiros - APP | 6.707 | (294) | 6.413 | 7.562 | (193) | 7.369 |
| Auxílio funeral | 1.070 | (11) | 1.059 | 931 | (14) | 917 |
| Compreensivo residencial | 119 | - | 119 | 107 | - | 107 |
| Total | 608.823 | (12.676) | 596.147 | 624.241 | (9.320) | 614.921 |

(*) Redução do valor recuperável calculada conforme nota 3dii.

Os prêmios a receber contemplam os prêmios de emissão direta. O parcelamento médio dos prêmios a receber é de 180 dias.

a) Movimentação de prêmios a receber

| | 30/06/2018 | 30/06/2017 |
|--|----------------|----------------|
| Saldo inicial | 614.921 | 595.805 |
| (+) Prêmios emitidos | 753.987 | 833.716 |
| (+) IOF | 714 | 2.803 |
| (+) Adicional de fracionamento | (2.808) | 565 |
| (-) Prêmios cancelados | (54.088) | (77.186) |
| (-) Recebimentos | (713.223) | (729.962) |
| Reversão de redução ao valor recuperável | (3.356) | (3.090) |
| Saldo final | 596.147 | 622.651 |

b) Composição por prazo de vencimento

Os prêmios a receber por vencimento, nas datas a seguir indicadas, estão distribuídos da seguinte forma:

| | 30/06/2018 | 31/12/2017 |
|----------------------------|----------------|----------------|
| A vencer até 30 dias | 142.527 | 149.618 |
| A vencer de 31 a 60 dias | 93.811 | 101.576 |
| A vencer de 61 a 120 dias | 146.354 | 144.751 |
| A vencer de 121 a 180 dias | 83.520 | 87.449 |
| A vencer de 181 a 365 dias | 76.099 | 73.523 |
| A vencer acima de 365 dias | 12.365 | 11.233 |
| Total a vencer | 554.676 | 568.150 |
| Vencidos até 30 dias | 36.443 | 42.037 |
| Vencidos de 31 a 60 dias | 1.540 | 1.621 |
| Vencidos de 61 a 120 dias | 1.380 | 1.146 |
| Vencidos de 121 a 180 dias | 837 | 683 |
| Vencidos de 181 a 365 dias | 633 | 816 |
| Vencidos acima de 365 dias | 638 | 468 |
| Total vencidos | 41.471 | 46.771 |
| Total | 596.147 | 614.921 |

Brasilveículos Companhia de Seguros

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais)

8. OUTROS CRÉDITOS OPERACIONAIS

É composto, basicamente, por ordem de pagamentos de sinistros aguardando a compensação bancária, para a devida baixa da provisão técnica de sinistros a liquidar no montante de R\$ 13.755 (R\$ 16.223 em 31 de dezembro de 2017).

9. TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER

| | <u>30/06/2018</u> | <u>31/12/2017</u> |
|---|-------------------|-------------------|
| Ressarcimento a receber | 5.477 | 5.936 |
| Compartilhamento de despesas administrativas a receber (nota explicativa nº 26) | 124 | - |
| Total | 5.601 | 5.936 |

10. OUTROS CRÉDITOS

| | <u>30/06/2018</u> | <u>31/12/2017</u> |
|-------------------------------|-------------------|-------------------|
| Adiantamento a funcionários | 2.063 | 3.456 |
| Adiantamentos administrativos | 1.039 | 11.341 |
| Total | 3.102 | 14.797 |

11. OUTROS VALORES E BENS

| Bens à venda (salvados) | <u>30/06/2018</u> | <u>31/12/2017</u> |
|--------------------------------|-------------------|-------------------|
| De 1 a 30 dias | 13.456 | 18.132 |
| De 31 a 60 dias | 9.590 | 9.960 |
| De 61 a 120 dias | 13.391 | 11.840 |
| De 121 a 180 dias | 6.615 | 6.907 |
| De 181 a 365 dias | 7.586 | 10.206 |
| Superior a 365 dias | 24.127 | 27.701 |
| Total | 74.765 | 84.746 |

12. IMOBILIZADO

| Imobilizado | Taxa anual | <u>31/12/2017</u> | <u>Aquisição</u> | <u>Baixa</u> | <u>Depreciação</u> | <u>30/06/2018</u> |
|------------------------------|-------------------|-------------------|------------------|--------------|--------------------|-------------------|
| Móveis e equipamentos de uso | 10% e 20% | 743 | - | - | (158) | 585 |
| Veículos | 20% | 89 | - | - | (9) | 80 |
| Outras imobilizações | 10% | 1.415 | 21 | - | (54) | 1.382 |
| Total | | 2.247 | 21 | - | (221) | 2.047 |

| Imobilizado | Taxa anual | <u>31/12/2016</u> | <u>Aquisição</u> | <u>Baixa</u> | <u>Depreciação</u> | <u>30/06/2017</u> |
|------------------------------|-------------------|-------------------|------------------|--------------|--------------------|-------------------|
| Móveis e equipamentos de uso | 10% e 20% | 1.057 | 40 | - | (209) | 888 |
| Veículos | 20% | 99 | - | (75) | (16) | 8 |
| Outras imobilizações | 10% | 1.520 | 4 | (10) | (61) | 1.453 |
| Total | | 2.676 | 44 | (85) | (286) | 2.349 |

Brasileículos Companhia de Seguros

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais)

13. INTANGÍVEL

| Intangível | Taxa anual | 31/12/2017 | Aquisição | Baixa | Amortização | 30/06/2018 |
|-----------------------------|------------|------------|-----------|-------|-------------|------------|
| Desenvolvimento de sistemas | 14% e 20% | 71.244 | 4.362 | - | (10.050) | 65.556 |

| Intangível | Taxa anual | 31/12/2016 | Aquisição | Baixa | Amortização | 30/06/2017 |
|-----------------------------|------------|------------|-----------|-------|-------------|------------|
| Desenvolvimento de sistemas | 14% e 20% | 69.581 | 6.389 | (60) | (6.202) | 69.708 |

14. CONTAS A PAGAR

a) Obrigações a pagar

| | 30/06/2018 | 31/12/2017 |
|---|---------------|---------------|
| Fornecedores | 18.569 | 38.645 |
| Compartilhamento de despesas administrativas a pagar (nota explicativa nº 26) | 8.740 | 9.992 |
| Participação nos lucros a pagar | 2.624 | 5.292 |
| Honorários remunerações e gratificações | 2.212 | 827 |
| Dividendos mínimos obrigatórios | - | 10.733 |
| Outros | 182 | 158 |
| Total | 32.327 | 65.647 |

b) Impostos e encargos sociais a recolher

| | 30/06/2018 | 31/12/2017 |
|--|---------------|---------------|
| Imposto retido na fonte - funcionários | 314 | 592 |
| Imposto sobre operações financeiras | 40.922 | 41.848 |
| Contribuições previdenciárias | 871 | 918 |
| Contribuição para FGTS | 225 | 295 |
| Outros | 1.787 | 1.919 |
| Total | 44.119 | 45.572 |

15. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

| | 30/06/2018 | 31/12/2017 |
|---------------------------------|--------------|--------------|
| Imposto de renda | 9.956 | 9.635 |
| Antecipação imposto de renda | (8.657) | (6.660) |
| Contribuição social | 8.245 | 17.276 |
| Antecipação contribuição social | (7.165) | (14.408) |
| COFINS | 2.006 | 2.252 |
| PIS/PASEP | 326 | 366 |
| Outros | 30 | - |
| Total | 4.741 | 8.461 |

16. CORRETORES DE SEGUROS E RESSEGUROS

É composto por comissões a pagar e comissões sobre prêmios emitidos pendentes.

Brasileículos Companhia de Seguros

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais)

17. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

É composto por valores efetivamente recebidos mas ainda não baixados das contas de prêmios a receber.

18. DETALHAMENTO E MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS E CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

| | | | | | | 30/06/2018 |
|-----------------------------------|---|--|---|--|---|------------------|
| Provisões técnicas - seguros | Provisão de prêmios não ganhos PPNG + PRVNE | Provisão de sinistros a liquidar - PSL (*) | Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR | Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR | Provisão de despesas relacionadas - PDR | Total |
| Saldo no início do período | 1.066.835 | 302.694 | 147.591 | 31.861 | 5.931 | 1.554.912 |
| Constituições | 724.727 | - | 13.580 | 2.471 | 15.277 | 756.055 |
| Diferimento pelo risco decorrido | (721.528) | - | - | - | - | (721.528) |
| Aviso de sinistros | - | 403.687 | - | - | - | 403.687 |
| Pagamento de sinistros | - | (449.946) | - | - | (13.711) | (463.657) |
| Ajuste de estimativa de sinistros | - | 33.173 | - | - | - | 33.173 |
| Atualização monetária e juros | - | (5.048) | - | - | - | (5.048) |
| Reversões | - | - | - | - | - | - |
| Saldo no fim do período | 1.070.034 | 284.560 | 161.171 | 34.332 | 7.497 | 1.557.594 |

| | | | | | | 30/06/2017 |
|-----------------------------------|---|--|---|--|---|------------------|
| Provisões técnicas - seguros | Provisão de prêmios não ganhos PPNG + PRVNE | Provisão de sinistros a liquidar - PSL (*) | Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR | Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR | Provisão de despesas relacionadas - PDR | Total |
| Saldo no início do período | 1.049.571 | 308.228 | 152.964 | 15.311 | 5.513 | 1.531.587 |
| Constituições | 778.878 | - | - | 13.983 | 14.104 | 806.965 |
| Diferimento pelo risco decorrido | (761.060) | - | - | - | - | (761.060) |
| Aviso de sinistros | - | 412.884 | - | - | - | 412.884 |
| Pagamento de sinistros | - | (501.898) | - | - | (14.966) | (516.864) |
| Ajuste de estimativa de sinistros | - | 63.753 | - | - | - | 63.753 |
| Atualização monetária e juros | - | 2.837 | - | - | - | 2.837 |
| Reversões | - | - | (9.350) | - | - | (9.350) |
| Saldo no fim do período | 1.067.389 | 285.804 | 143.614 | 29.294 | 4.651 | 1.530.752 |

(*) Inclui o montante de R\$ 154.928 (R\$ 120.992 em junho de 2017) referente a provisão de sinistros a liquidar judiciais (vide nota explicativa nº 21).

| Custos de aquisição diferidos | 30/06/2018 | 30/06/2017 |
|-----------------------------------|----------------|----------------|
| Saldo no início do período | 129.204 | 124.081 |
| Constituições/reversões | (1.366) | 3.979 |
| Saldo no fim do período | 127.838 | 128.060 |

19. DESENVOLVIMENTO DE SINISTROS

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem o objetivo de apresentar o grau de incerteza existente na estimativa do montante de sinistros avisados na data de encerramento das demonstrações financeiras intermediárias. Partindo do ano em que o sinistro foi avisado e o montante estimado neste mesmo período, na primeira linha do quadro abaixo, é apresentado como este montante varia no decorrer dos anos, conforme são obtidas informações mais precisas sobre a frequência e severidade do sinistro à medida que os sinistros são avisados para a Companhia.

Brasileículos Companhia de Seguros

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais)

Nas linhas abaixo do quadro são apresentados os montantes de sinistros esperados, por ano de aviso e, destes, os totais de sinistros cujo pagamento foi realizado e os totais de sinistros pendentes de pagamento, conciliados com os saldos contábeis.

Montante estimado para os sinistros

| | Ano de aviso do sinistro | | | | | | Total |
|--|--------------------------|-----------|-----------|-----------|---------|---------|------------|
| | Até 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | |
| No ano do aviso | 7.117.430 | 1.135.022 | 1.143.994 | 1.067.365 | 914.211 | 384.580 | 384.580 |
| Um ano após o aviso | 7.323.974 | 1.172.772 | 1.179.552 | 1.094.011 | 937.846 | | 937.846 |
| Dois anos após o aviso | 7.344.478 | 1.183.179 | 1.196.206 | 1.097.117 | | | 1.097.117 |
| Três anos após o aviso | 7.369.903 | 1.198.925 | 1.195.422 | | | | 1.195.422 |
| Quatro anos após o aviso | 7.385.454 | 1.194.349 | | | | | 1.194.349 |
| Cinco anos ou mais após o aviso | 7.370.717 | | | | | | 7.370.717 |
| Estimativa de Sinistros Incorridos em 30.06.2018 | 7.370.717 | 1.194.349 | 1.195.422 | 1.097.117 | 937.846 | 384.580 | 12.180.031 |
| Pagamentos efetuados até 30.06.2018 | 7.282.611 | 1.166.860 | 1.174.656 | 1.079.347 | 916.657 | 285.241 | 11.905.372 |
| Provisão de sinistros a liquidar no período de análise | 88.106 | 27.489 | 20.766 | 17.770 | 21.189 | 99.339 | 274.659 |
| Provisão agregada de sinistros em 30.06.2018 (*) | | | | | | | 73.468 |
| Total de provisão (PSL, IBNR, IBNeR, PDR sem DPVAT) | | | | | | | 348.127 |
| Provisões DPVAT | | | | | | | 138.804 |
| Retrocessão | | | | | | | 629 |
| Total de provisão (PSL, IBNR, IBNeR, PDR) | | | | | | | 487.560 |

Montante de sinistros pagos

| | Ano de aviso do sinistro | | | | | | Total |
|-------------------------------------|--------------------------|-----------|-----------|-----------|---------|---------|------------|
| | Até 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | |
| No ano do aviso | 5.826.489 | 888.060 | 899.146 | 897.995 | 770.594 | 285.241 | 285.241 |
| Um ano após o aviso | 7.136.273 | 1.140.457 | 1.163.283 | 1.073.857 | 916.657 | | 916.657 |
| Dois anos após o aviso | 7.200.361 | 1.157.645 | 1.171.958 | 1.079.347 | | | 1.079.347 |
| Três anos após o aviso | 7.240.957 | 1.164.099 | 1.174.656 | | | | 1.174.656 |
| Quatro anos após o aviso | 7.268.135 | 1.166.860 | | | | | 1.166.860 |
| Cinco anos ou mais após o aviso | 7.282.611 | | | | | | 7.282.611 |
| Pagamentos efetuados até 30.06.2018 | 7.282.611 | 1.166.860 | 1.174.656 | 1.079.347 | 916.657 | 285.241 | 11.905.372 |

A Companhia não cede riscos a resseguradores.

(*)Refere-se ao montante das provisões de IBNR e IBNeR, o qual não é possível segregar por sinistros.

20. COBERTURA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

| | 30/06/2018 | 31/12/2017 |
|---|------------------|----------------|
| Provisões técnicas | 1.557.594 | 1.554.912 |
| Custos de aquisição diferidos redutores de PPNG | (89.150) | (91.175) |
| Direitos creditórios | (489.904) | (497.395) |
| DPVAT | (138.804) | (133.792) |
| Total a ser coberto | 839.736 | 832.550 |
| Quotas e fundos de investimentos | 870.850 | 850.140 |
| Títulos de renda fixa - públicos | 111.957 | 90.967 |
| Títulos de renda fixa - privados | 18.701 | 55.312 |
| Total de aplicações | 1.001.508 | 996.419 |
| Ativos livres | 161.772 | 163.869 |

Brasileículos Companhia de Seguros

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais)

21. PROVISÃO DE SINISTROS A LIQUIDAR JUDICIAL

a) Composição das ações judiciais de sinistro por probabilidade de perda

| PSL Judicial | 30/06/2018 | | | 31/12/2017 | | |
|--------------|--------------|-----------------|-------------------|--------------|-----------------|-------------------|
| | Quantidade | Valor reclamado | Valor da provisão | Quantidade | Valor reclamado | Valor da provisão |
| Provável | 5.179 | 154.928 | 154.928 | 4.796 | 153.597 | 153.597 |
| Total | 5.179 | 154.928 | 154.928 | 4.796 | 153.597 | 153.597 |

A provisão para as ações judiciais relacionadas a sinistros é baseada em norma interna que considera, além das probabilidades de perda avaliadas pelos advogados, a análise dos riscos envolvidos e perdas históricas.

b) Composição das ações por ano

| 30/06/2018 | | | 31/12/2017 | | |
|-----------------|--------------|----------------|-----------------|--------------|----------------|
| Ano de abertura | Quantidade | PSL Judicial | Ano de abertura | Quantidade | PSL Judicial |
| Até 2005 | 17 | 1.172 | Até 2005 | 19 | 1.217 |
| De 2006 a 2010 | 141 | 8.149 | De 2006 a 2010 | 153 | 8.871 |
| De 2011 a 2017 | 4.868 | 142.813 | De 2011 a 2016 | 4.254 | 135.764 |
| De 2018 | 153 | 2.794 | De 2017 | 370 | 7.745 |
| Total | 5.179 | 154.928 | Total | 4.796 | 153.597 |

O prazo médio para pagamento dos sinistros judiciais é de 31 meses.

c) Movimentação da provisão de sinistros judiciais

| | 30/06/2018 | 30/06/2017 |
|---|----------------|----------------|
| Saldo no início do semestre | 153.597 | 115.404 |
| Total pago no semestre | (16.200) | (16.740) |
| Total provisionado até o fechamento do período anterior para as ações pagas no semestre | 11.056 | 7.035 |
| Quantidade de ações pagas no semestre | 581 | 573 |
| Novas constituições no semestre | 53.228 | 37.918 |
| Quantidade de ações referentes as novas constituições no semestre | 2.355 | 1.477 |
| Baixa da provisão por êxito | (13.790) | (3.149) |
| Alteração da provisão por estimativas ou probabilidades | (16.859) | (15.278) |
| Alteração da provisão por atualização monetária e juros | (5.048) | 2.837 |
| Saldo no final do semestre | 154.928 | 120.992 |

Brasilveículos Companhia de Seguros

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais)

22. PROVISÕES JUDICIAIS

a) Composição

| Natureza | Provisões judiciais | | Depósitos judiciais (*) | |
|--------------------|---------------------|----------------|-------------------------|----------------|
| | 30/06/2018 | 31/12/2017 | 30/06/2018 | 31/12/2017 |
| Fiscal | 511.296 | 503.485 | 599.780 | 590.493 |
| COFINS | 429.077 | 422.503 | 501.125 | 493.499 |
| IRPJ | 46.972 | 46.322 | 51.920 | 51.176 |
| CSLL | 28.073 | 27.586 | 38.977 | 38.170 |
| PIS | 7.174 | 7.074 | 7.758 | 7.648 |
| Trabalhista | 10.801 | 9.875 | 3.577 | 2.229 |
| Cível | 2.249 | 1.286 | 3 | 3 |
| Outros | - | - | 12.502 | 12.222 |
| Total | 524.346 | 514.646 | 615.862 | 604.947 |

(*) Depósitos judiciais referentes a sinistros em discussão judicial somam R\$ 4.233 (R\$ 4.252 em 31 de dezembro de 2017).

A Companhia possui discussões tributárias nas esferas judicial e administrativa, e amparada por seus assessores legais classifica a probabilidade de perda destas ações em provável, possível e remota, para fins de determinação de risco e provisionamento. Os valores provisionados, assim como os depósitos judiciais que possui, são atualizados mensalmente, de acordo com a taxa SELIC, e são informados seus saldos na data base de 30 de junho de 2018.

PIS/COFINS - A Companhia discute a constitucionalidade da Lei nº 9.718/1998, quanto à exigência de COFINS sobre sua atividade, e majoração da base de cálculo do PIS.

Sobre a COFINS, obteve decisão parcialmente favorável em 1ª instância, para recolher o tributo utilizando como base de cálculo o faturamento, decisão reformada em 2ª. instância. Aguarda julgamento de Recursos Especial e Extraordinário. Os valores envolvidos na ação estão no quadro abaixo - itens I e II.

Quanto ao PIS, a Companhia possui decisões desfavoráveis em primeira e segunda instância, encontrando-se o processo aguardando julgamento de Recurso Extraordinário.

A probabilidade de perda é provável quanto às receitas de prêmios, e possível quanto às receitas excedentes. Os valores envolvidos na ação estão no quadro abaixo - item III.

A partir de janeiro de 2015, com a entrada em vigor da Lei nº 12.973/2014, a Companhia entende que a base de cálculo destes tributos está limitada aos prêmios de seguros, o que discute judicialmente as receitas financeiras. Aguarda-se julgamento de apelação. A probabilidade de perda é classificada como possível. Os valores envolvidos na ação estão no quadro abaixo - itens IV e V.

Brasilveículos Companhia de Seguros

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais)

Para os períodos não relacionados, os tributos foram recolhidos.

Demais processos:

| Nota | Tese | Período | Probabilidade | Provisão | | Depósito | | Valor do risco | | |
|-------|---|-------------------|---------------|------------|------------|------------|------------|----------------------|------------|---------|
| | | | | 30/06/2018 | 31/12/2017 | 30/06/2018 | 31/12/2017 | 30/06/2018 | 31/12/2017 | |
| (I) | COFINS Receita Prêmio lei 9.718/1998 | 05/1999 a 12/2014 | Provável | 429.077 | 422.503 | 501.125 | 493.499 | 429.077 | 422.503 | |
| (II) | COFINS Receita Financeira lei 9.718/1998 | 05/1999 a 12/2014 | Possível | - | - | - | - | 100.877 | 99.850 | |
| (III) | PIS Receita Financeira lei 9.718/1998 | 05/1999 a 12/2014 | Possível | - | - | - | - | 6.352 | 6.296 | |
| (IV) | COFINS Receita Financeira lei 12.973/2014 | 01/2015 a 06/2018 | Possível | - | - | - | - | 29.612 | 26.648 | |
| (V) | PIS Receita Financeira lei 12.973/2014 | 01/2015 a 06/2018 | Possível | - | - | - | - | 4.812 | 4.330 | |
| | | | | | | | | Total risco provável | 429.077 | 422.503 |
| | | | | | | | | Total risco possível | 141.653 | 137.124 |
| | | | | | | | | Total geral | 570.730 | 559.627 |

Demais Processos

| Nota | Tese | Período | Probabilidade | Provisão | | Depósito | | Valor do risco | | |
|------|-----------------------------|-------------------|---------------|------------|------------|------------|------------|----------------------|------------|--------|
| | | | | 30/06/2018 | 31/12/2017 | 30/06/2018 | 31/12/2017 | 30/06/2018 | 31/12/2017 | |
| (1) | PIS EC 17/1997 | 01/1996 a 01/1999 | Possível | 7.174 | 7.074 | 7.758 | 7.648 | 7.174 | 7.074 | |
| (2) | IRPJ dedutibilidade da CSLL | 1997 em diante | Provável | 46.972 | 46.322 | 49.542 | 48.847 | 46.972 | 46.322 | |
| (3) | CSLL aumento da alíquota | 06/2008 em diante | Possível | 28.073 | 27.586 | 30.905 | 30.366 | 28.073 | 27.586 | |
| (4) | IRPJ compensação | 2003 | Possível | - | - | 2.378 | 2.328 | 2.378 | 2.328 | |
| | | | | | | | | Total risco provável | 46.972 | 46.322 |
| | | | | | | | | Total risco possível | 37.625 | 36.988 |
| | | | | | | | | Total geral | 84.597 | 83.310 |

Nota (1) - PIS - EC nº 17/1997 - A Companhia discute judicialmente a exigibilidade do PIS instituído nos termos da Emenda Constitucional nº 17/1997, com decisão favorável em primeira, e reformada em segunda instância. Em Recurso Extraordinário, obteve decisão parcialmente favorável no sentido de que seja observado o princípio da anterioridade de que trata o §6º do art. nº 195 da CF/1988. O processo aguarda julgamento de Agravo interposto face à referida decisão. A probabilidade de perda da ação é classificada como possível.

Nota (2) - IRPJ - A Companhia pleitou judicialmente o direito de deduzir a despesa relativa à contribuição social sobre o lucro (CSLL), para a formação da base de cálculo do imposto sobre a renda (IRPJ) nos períodos-base de 1997 em diante. O processo foi julgado de forma desfavorável em segunda instância. Julgado prejudicado o Recurso Extraordinário interposto pela Companhia, face ao julgamento do STF no RE nº 582.525. Encontram-se os autos em fase de conversão em renda dos depósitos efetuados nos autos, para posterior baixa definitiva.

Brasilveículos Companhia de Seguros

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais)

Nota (3) - CSLL - A Companhia discute judicialmente a elevação da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL) de 9% para 15%. O processo foi julgado de forma desfavorável em primeira e segunda instância, e negou-se seguimento ao seu Recurso Extraordinário, restando mantida a decisão desfavorável de segunda instância. A probabilidade de perda da ação é classificada como possível. A partir de 2012 passou a recolher integralmente o tributo. A Companhia discute judicialmente a majoração da alíquota da CSLL de 15% para 20% (Lei nº 13.169/2015 - período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018), mantendo o recolhimento nos termos da legislação vigente. Aguarda decisão de Apelação. A probabilidade de perda da ação é classificada como possível.

Nota (4) - IRPJ - A Companhia ingressou com ação anulatória de débito, face a não homologação por parte da Receita Federal quanto à Pedido de Compensação de saldo negativo de IRPJ-2003, em razão de discutir e depositar judicialmente o IRPJ no mesmo período. Aguarda-se julgamento de Apelação.

Trabalhistas - A Companhia responde a processos de natureza trabalhista, cujos objetos variam de acordo com a relação entre a Companhia e a outra parte (contrato de trabalho ou prestação de serviços através de empresa interposta), que estão em diversas fases de tramitação. Para fazer face a eventuais perdas que possam resultar da resolução final desses processos, foi constituída provisão com base na avaliação dos advogados internos.

Cíveis - Valores em risco decorrentes de processos judiciais não relacionados a operações de seguro ou relacionados a operações de seguro desde que não estejam ligados a coberturas securitárias, incluindo danos morais (quando não relacionado à cobertura securitária), ou ainda relacionados à cobertura securitária pleiteada em casos em que se constate ausência de apólice, ou sobre riscos ocorridos fora da vigência da apólice.

b) Movimentação

| | 30/06/2018 | | | | 30/06/2017 | | | |
|-------------------------|------------|--------------|---------|---------|------------|--------------|--------|---------|
| | Fiscais | Trabalhistas | Cíveis | Total | Fiscais | Trabalhistas | Cíveis | Total |
| Saldo inicial | 503.485 | 9.875 | 1.286 | 514.646 | 479.779 | 9.293 | 530 | 489.602 |
| Constituições/reversões | - | 710 | 4.222 | 4.932 | - | (1.914) | 1.142 | (772) |
| Atualização monetária | 7.811 | 547 | 96 | 8.454 | 13.780 | 465 | 16 | 14.261 |
| Pagamento | - | (331) | (3.355) | (3.686) | - | (396) | (850) | (1.246) |
| Saldo final | 511.296 | 10.801 | 2.249 | 524.346 | 493.559 | 7.448 | 838 | 501.845 |

Brasilveículos Companhia de Seguros

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais)

c) Composição das ações judiciais de natureza fiscal, trabalhista e cível por probabilidade de perda:

| | 30/06/2018 | | | 31/12/2017 | | |
|---------------------|--------------|------------------|-------------------|--------------|------------------|-------------------|
| | Quantidade | Valor da causa | Valor da provisão | Quantidade | Valor da causa | Valor da provisão |
| Fiscais | 9 | 655.327 | 511.296 | 9 | 644.197 | 503.485 |
| Provável | 2 | 476.049 | 476.049 | 2 | 468.824 | 468.825 |
| Possível | 7 | 179.278 | 35.247 | 7 | 175.373 | 34.660 |
| Trabalhistas | 266 | 91.522 | 10.801 | 257 | 90.638 | 9.875 |
| Provável | 76 | 44.053 | 10.801 | 54 | 35.789 | 9.875 |
| Possível | 71 | 23.796 | - | 66 | 26.191 | - |
| Remota | 119 | 23.673 | - | 137 | 28.658 | - |
| Cíveis | 5.531 | 900.205 | 2.249 | 5.503 | 844.046 | 1.286 |
| Provável | 255 | 21.686 | 2.249 | 183 | 16.569 | 1.286 |
| Possível | 1.199 | 86.344 | - | 991 | 62.774 | - |
| Remota | 4.077 | 792.175 | - | 4.329 | 764.703 | - |
| Total | 5.806 | 1.647.054 | 524.346 | 5.769 | 1.578.881 | 514.646 |

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 335.319 (R\$ 335.319 em 31 de dezembro 2017) e está representado por 72.762.823 ações nominativas e sem valor nominal (72.762.823 ações em 31 de dezembro de 2017), das quais 40.941.755 ações ordinárias e 31.821.068 ações preferenciais sem direito a voto.

b) Dividendos e remunerações aos acionistas

Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. A parcela dos dividendos que excede o mínimo obrigatório só é deduzida do patrimônio líquido quando efetivamente paga ou quando sua distribuição é aprovada pela diretoria, o que ocorrer primeiro. Para fins de distribuição de juros sobre o capital próprio, deverá ser observado o limite de 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido do exercício, bem como sua dedução do valor do dividendo mínimo obrigatório.

Foi deliberada em Reuniões do Comitê de Direção em 08 de março e 02 de junho de 2017 a aprovação de distribuição mensal de dividendos ou o pagamento de juros sobre capital próprio, pelos administradores, respeitando o limite de disponibilidade de recursos, sem comprometimento da solvência da Companhia.

c) Reserva de capital

Corresponde à reserva de doações e subvenções de investimentos decorrentes de incentivos fiscais recebidos anteriormente.

Brasilveículos Companhia de Seguros

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais)

d) Reserva legal

Constituída ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social.

e) Reserva de investimentos

Criada com objetivo de prover fundos que garantam o nível de capitalização da Companhia, entre outros. Será constituída por parcela do lucro líquido remanescente após as deduções estabelecidas no estatuto social, por proposta aos acionistas em Assembleia Geral.

f) Ajuste com títulos e valores mobiliários

Compreende o ajuste ao valor justo dos Títulos e Valores Mobiliários classificados na categoria disponíveis para venda, líquido dos efeitos tributários.

24. DETALHAMENTO DE CONTAS DAS DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

a) Principais ramos de atuação

| Ramo | Prêmio ganho | | Sinistralidade | | Comercialização | |
|--|----------------|----------------|----------------|---------------|-----------------|---------------|
| | 30/06/2018 | 30/06/2017 | 30/06/2018 | 30/06/2017 | 30/06/2018 | 30/06/2017 |
| Automóvel | 431.984 | 492.648 | 66,05% | 62,11% | 12,52% | 12,13% |
| Responsabilidade civil facultativa | 152.984 | 134.038 | 79,86% | 108,90% | 15,34% | 15,28% |
| Assistência e outras coberturas - Auto | 88.491 | 94.184 | 41,86% | 43,87% | 11,91% | 10,81% |
| DPVAT | 23.463 | 34.639 | 84,97% | 85,74% | 1,26% | 1,20% |
| Acidentes pessoais passageiros | 10.180 | 11.317 | 11,06% | 8,04% | 11,94% | 11,15% |
| Demais ramos | 1.673 | 1.833 | 0,84% | 5,13% | 12,13% | 22,09% |
| Total | 708.775 | 768.659 | 65,69% | 68,17% | 12,67% | 12,03% |

| | 30/06/2018 | 30/06/2017 |
|---|------------------|------------------|
| b) Prêmios emitidos | 713.121 | 787.140 |
| Prêmios diretos | 688.512 | 723.266 |
| Prêmio DPVAT | 24.609 | 35.302 |
| Recuperação dos custos iniciais de contratação (*) | - | 28.572 |
| c) Sinistros ocorridos | (465.605) | (523.957) |
| Sinistros | (457.215) | (510.521) |
| Provisão de sinistros avisados mas não suficientemente avisados - IBNeR | (2.471) | (13.983) |
| Provisão de despesas relacionadas - PDR | (20.720) | (21.473) |
| Salvados | 49.661 | 49.661 |
| Serviço de assistência | (32.605) | (34.797) |
| Ressarcimentos | 4.019 | 4.668 |

Brasileículos Companhia de Seguros
 Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
 30 de junho de 2018
 (Em milhares de Reais)

| | | |
|---|------------------|------------------|
| Varição da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR | (6.274) | 2.488 |
| d) Custo de aquisição | (89.818) | (92.507) |
| Comissões | (81.117) | (87.951) |
| Varição das despesas de comercialização diferidas | (1.366) | 3.979 |
| Despesas com apólices e/ou contratos | (2.149) | (3.069) |
| Despesa com inspeção de riscos | (5.186) | (5.466) |
| e) Outras receitas e despesas operacionais | (27.062) | (28.827) |
| Redução ao valor recuperável - Prêmios a receber | (2.179) | (3.613) |
| Endomarketing | (1.862) | (4.640) |
| Processos judiciais | (867) | (292) |
| Vistoria | (463) | (397) |
| Despesa com cobrança | (2.949) | (3.425) |
| Rastreadores | (10.226) | (10.358) |
| Receitas/(despesas) com DPVAT | (2.160) | (3.921) |
| Outras receitas/(despesas) operacionais | (6.356) | (2.159) |
| f) Despesas administrativas | (101.427) | (102.056) |
| Pessoal próprio | (50.635) | (52.396) |
| Serviços de terceiros | (21.446) | (23.312) |
| Localização e funcionamento | (22.099) | (20.012) |
| Publicidade e propaganda | (1.069) | (1.215) |
| Publicações | (191) | (192) |
| Outras receitas administrativas | (5.987) | (4.929) |
| g) Despesas com tributos | (14.423) | (17.218) |
| COFINS | (10.468) | (12.457) |
| COFINS - Créditos tributário | (83) | (712) |
| PIS | (1.703) | (2.026) |
| PIS - Créditos tributário | (14) | (116) |
| IPTU | (164) | (126) |
| Taxa de fiscalização | (1.882) | (1.505) |
| Outras despesas com tributos | (109) | (276) |
| h) Resultado financeiro | 48.585 | 46.559 |
| Receitas Financeiras | 57.810 | 75.150 |
| Juros sobre ativos financeiros destinados a valor por meio do resultado | 17.628 | 26.489 |
| Juros sobre ativos financeiros disponíveis para venda | 4.173 | 9.448 |
| Juros sobre ativos financeiros mantidos até o vencimento | 21.157 | 18.352 |
| Juros sobre equivalentes de caixa | 4 | 52 |
| Atualização monetária | 9.287 | 16.385 |
| Atualização monetária PIS/COFINS | 351 | - |
| Operações de seguros | 4.922 | 4.424 |
| Outras receitas financeiras | 288 | - |
| Despesas Financeiras | (9.225) | (28.591) |
| Consórcio DPVAT | (4.236) | (8.111) |
| Taxa de administração | (982) | (933) |
| Despesas financeiras com operação de seguros | (20) | (19) |
| Atualização monetária - PSLJ | 5.048 | (2.837) |
| Atualização monetária sobre provisões judiciais e juros e mora | (8.454) | (14.261) |
| Outras | (581) | (2.430) |

(*) Conforme Circular Susep nº 543/2016, a partir de 1º de janeiro de 2018, não é mais permitido deduções relativas aos custos iniciais de contratação da base de cálculo da Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG).

Brasilveículos Companhia de Seguros

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais)

i) Determinação se um contrato contém um arrendamento

O GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE por meio das suas entidades legais (Companhia de Seguros Aliança do Brasil, Aliança do Brasil Seguros S.A., Brasilveículos Companhia de Seguros, MAPFRE Vida S.A., MAPFRE Seguros Gerais S.A.) mantem firmados Instrumentos Particulares de Contratos de Locação Atípica de Imóveis não Residenciais e Outras Avenças, as locações de:

- Edifício Torre Alfa: 14 pavimentos e mezanino da ALA A, o qual passou a ser a partir do exercício de 2016 a Sede do GRUPO SEGURADOR. O contrato de aluguel foi estabelecido por um prazo de 19 anos a partir da data do início do prazo locatício que se deu em agosto de 2015, sendo seu aluguel inicial de R\$ 32.372 anual, corrigido da data do contrato até início do prazo locatício pela variação acumulada do INCC-M/FGV, e posteriormente pela variação acumulada do IGP-M/FGV;
- Call Center localizado na cidade de Franca: O contrato de aluguel foi estabelecido por um prazo de 12 anos a partir da data do início do prazo locatício que se deu em maio de 2015, sendo seu aluguel inicial de R\$ 255 mensais, corrigido pela variação acumulada do IPCA;
- Call Center localizado na cidade de São Carlos: O contrato de aluguel foi estabelecido por um prazo de 10 anos a partir da data do início do prazo locatício que se deu em dezembro de 2011, sendo seu aluguel inicial de R\$ 250 mensais, corrigido pela variação acumulada do IPCA.

O GRUPO avaliou os preceitos do CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil e concluiu que os arrendamentos são operacionais.

Os pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos e seus respectivos valores presentes, bem como as despesas incorridas durante o ano de 2017, estão demonstrados a seguir:

| Companhia | Pagamentos até 1 ano | | Pagamentos de 1 a 5 anos | | Pagamentos acima de 5 anos | | Total de Pagamentos | | Despesas de Arrendamento |
|--------------------------|----------------------|--------------|--------------------------|---------------|----------------------------|---------------|---------------------|----------------|--------------------------|
| | Valor Presente | Valor Futuro | Valor Presente | Valor Futuro | Valor Presente | Valor Futuro | Valor Presente | Valor Futuro | |
| | Arrendamento | | Arrendamento | | Arrendamento | | Arrendamento | | |
| Sede GRUPO Segurador | 4.395 | 4.743 | 16.875 | 26.849 | 16.402 | 63.823 | 37.672 | 95.415 | 1.726 |
| Call Center - Franca | 312 | 396 | 1.644 | 2.246 | 983 | 1.574 | 2.939 | 4.216 | 164 |
| Call Center - São Carlos | 301 | 418 | 1.068 | 1.600 | - | - | 1.369 | 2.018 | 203 |
| Total | 5.008 | 5.557 | 19.587 | 30.695 | 17.385 | 65.397 | 41.980 | 101.649 | 2.093 |

| GRUPO SEGURADOR | Pagamentos até 1 ano | | Pagamentos de 1 a 5 anos | | Pagamentos acima de 5 anos | | Total de Pagamentos | | Despesas de Arrendamento |
|--------------------------|----------------------|---------------|--------------------------|----------------|----------------------------|----------------|---------------------|------------------|--------------------------|
| | Valor Presente | Valor Futuro | Valor Presente | Valor Futuro | Valor Presente | Valor Futuro | Valor Presente | Valor Futuro | |
| | Arrendamento | | Arrendamento | | Arrendamento | | Arrendamento | | |
| Sede GRUPO Segurador | 46.906 | 50.619 | 180.106 | 286.558 | 175.060 | 681.196 | 402.072 | 1.018.373 | 23.320 |
| Call Center - Franca | 3.325 | 4.229 | 17.548 | 23.977 | 10.494 | 16.804 | 31.367 | 45.010 | 1.748 |
| Call Center - São Carlos | 3.215 | 4.458 | 11.401 | 17.081 | - | - | 14.616 | 21.539 | 2.172 |
| Total | 53.446 | 59.306 | 209.055 | 327.616 | 185.554 | 698.000 | 448.055 | 1.084.922 | 27.240 |

Brasileículos Companhia de Seguros

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais)

25. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Despesas de imposto de renda e contribuição social

| | 30/06/2018 | | 30/06/2017 | |
|--|------------------|---------------------|------------------|---------------------|
| | Imposto de renda | Contribuição social | Imposto de renda | Contribuição social |
| Lucro antes dos impostos e após participações | 59.560 | 59.560 | 49.836 | 49.836 |
| Imposto de renda à alíquota de 25% e contribuição social à alíquota de 20% | (14.878) | (11.912) | (12.447) | (9.967) |
| Diferenças temporárias | 1.311 | 1.048 | (246) | (197) |
| Diferenças permanentes | 48 | 39 | (277) | (22) |
| Amortização de ágio | - | - | 6.189 | - |
| Juros sobre o capital próprio | 3.225 | 2.580 | 4.600 | 3.680 |
| Deduções incentivadas | 338 | - | 65 | - |
| Imposto de renda e contribuição social correntes | (9.956) | (8.245) | (2.116) | (6.506) |
| Constituição/reversão de crédito tributário | (1.310) | (1.048) | (5.943) | 196 |
| Ajustes relativos a períodos anteriores | - | - | - | - |
| Ajuste de crédito tributários-aumento da CSLL 15% para 20% | - | (155) | - | 207 |
| Despesa de imposto de renda e contribuição social | (11.266) | (9.448) | (8.059) | (6.103) |
| Alíquota efetiva (%) | 19% | 16% | 16% | 12% |

b) Créditos tributários e previdenciários

| Ativo | 31/12/2017 | Constituições | Reversões | 30/06/2018 |
|---------------------------------------|---------------|---------------|-----------------|---------------|
| Tributos a compensar | 26.489 | 550 | (12.511) | 14.528 |
| PIS/COFINS s/ PSL/IBNR | 14.493 | 1.890 | (1.808) | 14.575 |
| Tributos retidos na fonte | 182 | 8 | (112) | 78 |
| Total circulante | 41.164 | 2.448 | (14.431) | 29.181 |
| Diferenças temporárias IR/CS: | | | | |
| Contingências tributárias | 62.589 | 3.124 | (3.715) | 61.998 |
| Contingências cíveis | 514 | 1.160 | (775) | 899 |
| Provisão para riscos de crédito | 4.457 | 27.913 | (27.020) | 5.350 |
| Provisão para participação nos lucros | 2.383 | 18.496 | (19.715) | 1.164 |
| Contingências trabalhistas | 3.949 | 542 | (171) | 4.320 |
| Outras provisões | 4.603 | 12.022 | (14.375) | 2.250 |
| PIS/COFINS | 7.923 | 520 | (699) | 7.744 |
| Ajustes de títulos a valor justo TVM | 41 | 279 | (259) | 61 |
| Total não circulante | 86.459 | 64.056 | (66.729) | 83.786 |

Os créditos tributários de diferenças temporárias são oriundos, substancialmente, da constituição de provisões judiciais, cuja realização está condicionada ao desfecho dos processos judiciais em discussão e possuem prazos de julgamento não previsíveis.

26. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Administração define como partes relacionadas à Companhia, o Banco do Brasil S.A. e empresas a ele ligadas, empresas do Grupo MAPFRE, empresas que compõem o GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da administração e seus familiares, conforme definições contidas no CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas. Por meio dos procedimentos de captura de tais transações apresentamos os movimentos relacionados.

Brasileículos Companhia de Seguros

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais)

Essas operações referem-se, basicamente, a contratação de seguros, a intermediação e suporte na venda de seguros a terceiros, plano de previdência, assistência 24 horas, título de capitalização, a administração de sua carteira de investimentos e incentivos a vendas. Existem também operações relativas à utilização da estrutura e recursos entre as empresas do GRUPO, de forma que o montante relativo a essa utilização é rateado e ressarcido conforme estabelecido entre as partes.

O Banco do Brasil atua na cobrança de prêmios de seguro, repassando-os à Companhia somente após um período definido contratualmente, conforme contrato específico para cada produto.

Apresentamos as principais operações com partes relacionadas vigentes entre as empresas do GRUPO:

a) Sumário das Transações com Partes Relacionadas

| | | <u>30/06/2018</u> | <u>31/12/2017</u> |
|--|----------|-------------------|-------------------|
| Ativo circulante | | | |
| Títulos e créditos a receber - Compartilhamento | | 124 | - |
| Aliança do Brasil Seguros S.A. (*) | Coligada | 75 | - |
| MAPFRE Vida S.A. (*) | Coligada | 49 | - |
| Títulos e créditos a receber - Outros | | - | 21 |
| MAPFRE Seguros Gerais S.A. (*) | Coligada | - | 21 |
| Total do ativo | | 124 | 21 |
| | | | |
| Passivo circulante | | | |
| Obrigações a pagar - Compartilhamento | | 8.741 | 9.992 |
| Aliança do Brasil Seguros S.A. (*) | Coligada | - | 9 |
| Companhia de Seguros Aliança do Brasil (*) | Coligada | 945 | 98 |
| MAPFRE Seguros Gerais S.A. (*) | Coligada | 7.796 | 9.779 |
| MAPFRE Vida S.A. (*) | Coligada | - | 106 |
| Obrigações a pagar - Outras | | 4.932 | 7.565 |
| BB MAPFRE Assistência S.A. (*) | Coligada | 4.924 | 6.978 |
| Cesvi - Brasil Centro de Experimentação e Segurança Viária Ltda. | Coligada | 8 | 8 |
| MAPFRE Seguros Gerais S.A. (*) | Coligada | - | 18 |
| BB Administradora de Cartões de Crédito S.A. | Coligada | - | 496 |
| Brasilprev Seguros e Previdência S.A. | Coligada | - | 65 |
| Outras contas a pagar | | 304 | 149 |
| Banco do Brasil S.A. | Coligada | 163 | - |
| Cesvi - Brasil Centro de Experimentação e Segurança Viária Ltda. | Coligada | 141 | 141 |
| BB Administradora de Consórcios S.A. | Coligada | - | 8 |
| Total do passivo | | 13.977 | 17.706 |
| | | | |
| | | <u>30/06/2018</u> | <u>30/06/2017</u> |
| Resultado | | | |
| Sinistros ocorridos | | (1.706) | (2.786) |
| Cesvi - Brasil Centro de Experimentação e Segurança Viária Ltda. | Coligada | (980) | (1.292) |
| MAPFRE Assistência Ltda. | Coligada | (726) | (1.490) |
| Vera Cruz Consultoria Técnica e Administração de Fundos Ltda. | Coligada | - | (4) |
| Outras receitas e despesas operacionais - Outros | | (100.298) | (129.661) |
| Aliança do Brasil Seguros S.A. (*) | Coligada | (6) | - |
| BB Administradora de Seguros e Administradora de Bens S.A. | Coligada | (6.522) | (9.269) |
| BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A. | Coligada | (81.365) | (88.280) |
| BB MAPFRE Assistência S.A. (*) | Coligada | (12.355) | (32.112) |
| Caixa de Assistência dos Funcionários | Coligada | (50) | - |

Brasilveículos Companhia de Seguros

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais)

| | | | |
|---|----------|----------------|------------------|
| Despesas administrativas - Compartilhamento | | 310.697 | (193.848) |
| Aliança do Brasil Seguros S.A. (*) | Coligada | (2.198) | 2.084 |
| Companhia de Seguros Aliança do Brasil (*) | Coligada | 5.160 | (8.503) |
| MAPFRE Seguros Gerais S.A. (*) | Coligada | 307.931 | (186.029) |
| MAPFRE Vida S.A. (*) | Coligada | (196) | (1.400) |
| Despesas administrativas - Pessoal | | (2.691) | (1.017) |
| Companhia de Seguros Aliança do Brasil (*) | Coligada | - | (19) |
| MAPFRE Saúde Ltda. | Coligada | (2.691) | (998) |
| Despesas administrativas - Outras | | (23) | (16) |
| Aliança do Brasil Seguros S.A. (*) | Coligada | (15) | (16) |
| MAPFRE Seguros Gerais S.A. (*) | Coligada | (8) | - |
| Despesas financeiras - Taxa de administração | | (1.492) | (3.107) |
| BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. - BB DTVM | Coligada | (1.492) | (3.107) |
| Total do resultado | | 204.487 | (330.435) |

(*) Refere-se a compartilhamento de despesas das empresas do GRUPO.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

É contabilizada na rubrica “Despesas administrativas” a remuneração paga aos administradores, que compreende benefícios de curto prazo. Não é concedido qualquer tipo de benefício pós-emprego e não tem como política pagar a empregados e administradores remuneração baseada em ações.

c) Compartilhamento de despesas

As despesas administrativas das empresas operacionais do GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE são compartilhadas entre as mesmas, e rateadas através de modelo interno de alocação e rateio de custos.

O rateio contempla os gastos de gestão interna (despesas administrativas em geral), gastos de comercialização (despesas comerciais da rede e canais) e comunicação institucional (despesas de propaganda e marketing).

27. PLANOS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

A Companhia proporciona plano de previdência complementar aos seus colaboradores, cujos benefícios compreendem pensão e complemento de aposentadoria. O regime do plano é de contribuição definida, sendo que as contribuições efetuadas durante o período totalizaram R\$ 166 (R\$ 143 em 30 de junho de 2017).

28. OUTRAS INFORMAÇÕES

Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria está instituído na empresa líder MAPFRE BB SH2 Participações S.A., nos termos da Resolução nº 321/2015, do Conselho Nacional de Seguros Privados, tendo alcance sobre a Companhia.

Brasilveículos Companhia de Seguros

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais)

* * *

Diretoria

Fernando Barbosa de Oliveira - Diretor Presidente

Luis Gutiérrez Mateo - Diretor Vice-Presidente

André Renato Viard Fortino

Camilo Buzzi

Carlos Alberto Landim

Leonardo Giuberti Mattedi

Luis Felipe Lebert Cozac

Mauricio Galian

Raphael de Luca Junior

Wady José Mourão Cury

Contadora

Simone Pieretti Gonçalves

CRC 1SP 183717/O-5

Atuária

Adriana Nery Osassa Okada

MIBA 1031

MAPFRE BB SH2 Participações S.A.

CNPJ/MF 12.264.857/0001-06

Livro de Registro de Relatórios do Comitê de Auditoria

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA 1º SEMESTRE DE 2018

O Comitê de Auditoria da MAPFRE BB SH2 Participações S.A., é um órgão estatutário de assessoramento do Conselho de Administração, atuando de forma permanente e independente, com a finalidade precípua de revisar, previamente à sua divulgação, o conjunto das demonstrações financeiras e avaliar a efetividade do sistema de controles internos e das auditorias independente e interna.

É constituído por três membros efetivos e está instituído na empresa líder MAPFRE BB SH2 Participações S.A., em conformidade com a Resolução nº 321, de 2015, do Conselho Nacional de Seguros Privados. Os membros são eleitos pela Assembleia Geral, com mandatos anuais e renováveis até o máximo de 5 (cinco) anos.

O universo de atuação do Comitê compreende a instituição líder e tem alcance sobre as seguintes empresas: Aliança do Brasil Seguros S.A., Brasilveículos Companhia de Seguros, MAPFRE Seguros Gerais S.A. e BB MAPFRE Assistência S.A.

Os administradores da empresa líder e de suas subsidiárias são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das demonstrações contábeis, gerir os riscos, manter sistemas de controles internos efetivo e zelar pela conformidade das atividades às normas legais e regulamentares.

A Auditoria Interna responde pela realização de trabalhos periódicos, com foco nos principais riscos, avaliando, com independência, as ações de gerenciamento desses riscos e a adequação da governança e dos controles internos.

A KPMG Auditores Independentes é responsável pela auditoria das demonstrações contábeis das subsidiárias abrangidas pelo Comitê de Auditoria. Avalia, também, no contexto desse trabalho, a qualidade e adequação do sistema de controles internos e o cumprimento de dispositivos legais e regulamentares.

Principais Atividades

O Comitê reuniu-se mensalmente, fez diligências e requisições de documentos e informações junto à administração, gestores de riscos e controles, auditorias interna e externa. As atividades desenvolvidas, registradas em atas, cobriram o conjunto de responsabilidades atribuídas ao órgão e estão adiante sintetizadas.

Nas reuniões de trabalho e com administradores, executivos e técnicos das diversas áreas da Organização o comitê abordou, em especial, assuntos relacionados à preparação das demonstrações contábeis, ao sistema de controles internos, processos contábeis, critérios e metodologias nas áreas atuarial, contábil e riscos, processo de gestão de riscos e relativos a transações com partes relacionadas. Nas situações em que identificou necessidades de melhoria, recomendou aprimoramentos.

MAPFRE BB SH2 Participações S.A.

CNPJ/MF 12.264.857/0001-06

Livro de Registro de Relatórios do Comitê de Auditoria

Manteve diálogo com as equipes das auditorias interna e externa, oportunidades em que verificou e apreciou seus planejamentos, conheceu os resultados dos principais trabalhos e examinou suas conclusões e recomendações.

Considerando as informações recebidas das áreas responsáveis, os trabalhos da Auditoria Interna e da Auditoria Contábil Independente, o Comitê constatou a inexistência de falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a continuidade das empresas abrangidas.

Fundamentado nas informações colhidas a partir do acompanhamento dos trabalhos realizados pelas auditorias interna e externa, pela autoridade supervisora e pela área de controles internos, o Comitê considera que o Sistema de Controles Internos das empresas abrangidas apresentou deficiências em algumas situações demandando esforços da Administração em manter estreito acompanhamento dos riscos e priorizar a implementação dos projetos em andamento e das recomendações das auditorias.

Revisou as demonstrações contábeis, notas explicativas e o relatório da administração da Brasilveículos Companhia de Seguros e Aliança do Brasil Seguros S.A. e discutiu com o auditor independente seus relatórios e apontamentos.

As demonstrações financeiras da empresa Mapfre Seguros Gerais S.A. encontram-se pendentes de finalização e emissão de parecer da Auditoria Independente devendo ser objeto de manifestação específica do COAUD após a aprovação pela Administração.

Conclusões

Com base nas atividades desenvolvidas e tendo presente as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria considera que:

- a) O sistema de controles internos da empresa líder e de suas subsidiárias alcançadas pelo Comitê apresentou deficiências em algumas situações demandando esforços da Administração em manter estreito acompanhamento dos riscos e priorizar a implementação dos projetos em andamento e das recomendações das auditorias;
- b) A Auditoria Interna é efetiva e desempenha suas funções com independência, objetividade e qualidade;
- c) A auditoria externa é efetiva e as informações por ela fornecidas constituem suporte para a opinião do Comitê acerca da integridade das demonstrações financeiras. Não foram identificadas ocorrências que pudessem comprometer sua independência;

MAPFRE BB SH2 Participações S.A.

CNPJ/MF 12.264.857/0001-06

Livro de Registro de Relatórios do Comitê de Auditoria

- d) As demonstrações financeiras da Brasilveículos Companhia de Seguros e Aliança do Brasil Seguros S.A. se apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira das empresas em 30/06/2018, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados.

São Paulo (SP), 28 de agosto de 2018.

João Décio Ames
Coordenador

Luiz Cláudio Ligabue
Membro Titular

Mario Teixeira de Almeida Rossi
Membro Titular